REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE CONSUMO NO MEIO RURAL

MARIA ELISA DE PAULA EDUARDO GARAVELLO

Orientadora: MARIA IGNEZ GUERRA MOLINA

Dissertação apresentada à Escola
Superior de Agricultura “Luiz de
Queiroz”, da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Sociologia Rural.

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
Outubro - 1982

A meus pais

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Maria Ignez Guerra Molina, pelas observações, críticas e sugestões, além do constante estímulo na orientação deste trabalho.

À Prof^a Dr^a Maria Dulce Bandiera Bergamin, que acompanhou de perto todos os estágios de elaboração deste trabalho, pelo interesse, sugestões e incentivo nos momentos de desânimo e insegurança.

À Prof^a Dr^a Maria de Lourdes T.B. Wiendl pelas valiosas sugestões e observações feitas à leitura dos originais.

Ao Prof. Dr. Oriowaldo Queda pela efetiva contribuição na fase inicial deste trabalho.

Às colegas do Curso de Graduação em Economia Doméstica pelo estímulo e confiança em mim depositada.

À Sra. Elisa da Silva Peron pela colaboração na fase de impressão deste trabalho.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

ÍNDICE

	Página
RESUMO	v
SUMMARY	vii
1. INTRODUÇÃO	1
2. CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA	4
3. SUBORDINAÇÃO E SIGNIFICADO	17
3.1. Relações cidade-campo	17
3.2. A Dimensão Cultural ou Simbólica	23
4. METODOLOGIA	30
4.1. Objetivos	30
4.2. Definição da Amostra	34
4.3. Coleta de Dados	36
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
5.1. Caracterização da População	39
5.2. As Representações e Práticas Relativas às Ne- cessidades Básicas	42
5.3. A Representação das Condições de Existência e das Relações com a Cidade	54
5.4. Representações e Práticas de Vestuário	62
6. CONCLUSÃO	74
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
APÊNDICE	81

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE CONSUMO NO MEIO RURAL

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

Orientadora: Maria Ignez Guerra Molina

RESUMO

Inicialmente inspirado em proposições sociológicas sobre relações cidade-campo e condições de existência da população rural, este trabalho relata uma pesquisa empírica que demonstra a importância do estudo dos sistemas simbólicos para a compreensão da coerência entre as práticas e representações daquela população.

Utilizando o conceito de "habitus" desenvolvido por BOURDIEU (1972) pretendeu-se mostrar que as representações sociais interferem nas práticas resultantes das condições materiais de existência da população rural orientando-as e estabelecendo a direção que assumem. Nessa proposta de trabalho encontrava-se implícita a idéia de que a conjuntura econômica, por si só, não é suficiente para explicar a adoção de determinadas práticas de um grupo social. É necessário considerar também os motivos formulados ao nível das representações.

A metodologia utilizada baseou-se na técnica de entrevista gravada, com roteiro básico mas não limitante. Foram entrevistadas 74 mães de família, que forneceram informações sobre: as práticas referentes à obtenção dos bens materiais e simbólicos necessários à sobrevivência da unidade familiar e as representações que essas famílias têm de suas condições de vida e de suas relações com o meio urbano.

Verificou-se que as representações da condição atual de existência dos indivíduos rurais em seu contato cotidiano com o estilo de vida urbano são assimiladas às representações já existentes da cultura "rústica" desse meio, e as práticas dessa população estão de acordo com as representações resultantes.

As novas práticas de consumo adotadas pelas famílias rurais evidenciam uma busca de igualdade e integração ao meio social urbano, que é percebido como detentor de prestígio e poder.

REPRESENTATION AND CONSUMPTION PRACTICES
AMONG RURAL PEOPLE

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

Adviser: Maria Ignez Guerra Molina

SUMMARY

This work was inspired on sociological propositions about the relationships between town and country populations, as well as about the living conditions among rural people. Its main merit was to show the usefulness of studying symbolic systems for the comprehension of existing consistency between practices and representations of such people.

Through the "habitus" concept developed by BOURDIEU (1972), it was intended to show that social representations do interfere in practices resulting from material conditions of life. This was observed among rural populations. Those practices are directed by their representations. The research project, from its start, supposed that economic factors are not in themselves enough to explain the adoption of certain practices by any social group. Its motivation, as interpreted at the representation level, should be taken into account.

The method employed was based on the technique of recorded interview with no limiting pilot instructions. 74 housewives were interviewed, and gave information about: practices used to obtain material and symbolic goods needed for the family unity subsistence; and the representations they have about their living conditions, as well as about their relationships with urban life.

Results showed that representations rural people have about their living conditions are assimilated to those previously existing in the "rustic" culture. There is consistency between rural people's practices and the resulting representations.

New consumption practices adopted by rural families show they look for being similar and integrating to urban people, whom are perceived as prestige and power holders.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os trabalhos sobre a população rural têm abordado questões relativas à expansão do modo de produção capitalista no Brasil e suas consequências. Tem sido objeto de interesse a perda, por parte do trabalhador rural, dos meios de produção que lhe asseguram o sustento e a sua consequente proletarização. Os pesquisadores na área de Sociologia Rural tem dado ênfase às implicações do processo de capitalização no modo de produção agrícola - em uma perspectiva econômica - ou no processo de adaptação do trabalhador rural a um novo meio quando se vê expulso de seu local de origem - numa perspectiva propriamente social.

Poucos trabalhos oferecem informações sobre o modo de vida da população rural e suas estratégias de sobrevivência, face à nova ordem social engendrada pelo sistema capitalista. Este trabalho contribui para esclarecer esse aspecto.

A análise das diferenciações na produção e de seus vínculos com as condições de existência não é suficiente para se compreender

o modo pelo qual os indivíduos no meio rural percebem essas condições e a elas reagem, desenvolvendo soluções específicas para sua sobrevivência.

Na medida em que a produção da população rural está vinculada à sua subsistência, é necessário considerar também a dimensão do consumo despendido na satisfação das necessidades desses indivíduos, que a produção capitalista tende a ampliar continuamente. O consumo, refletindo as necessidades e aspirações dos indivíduos, evidencia suas relações com a estrutura social mais ampla.

Uma vez que os determinantes sócio-econômicos geram soluções específicas para a obtenção dos bens materiais necessários à sobrevivência, pretende-se demonstrar que tanto as soluções adotadas, como os meios utilizados, são coerentes com a representação que os indivíduos do meio rural têm da ordem social.

A esse respeito é importante analisar a relação desses indivíduos com a sociedade mais ampla em que estão inseridos e em função da qual têm o seu conjunto de necessidades redefinido.

Neste trabalho selecionou-se inicialmente alguns autores que possibilitassem a caracterização das famílias de pequenos produtores rurais, sob o ponto de vista da organização de produção e relações com o meio, evidenciando as suas condições materiais de existência.

A forma de provisão dos bens e serviços para a satisfação das necessidades das famílias varia de acordo com a estrutura mais ampla em que elas estão inseridas, assim como em função dessa mesma estrutura variam as suas necessidades. Desse modo, tentou-se caracterizar a

relação cidade-campo e as consequências dessa relação para o meio rural, evidenciando a sua adesão a um padrão mínimo de sobrevivência, proposto pelo estilo de vida urbano. Para isso, a utilização do conceito de "mínimo vital" mostrou-se adequada.

Partindo da idéia de que as práticas de consumo das famílias rurais não são explicadas apenas em termos econômicos, mas também pelas orientações culturais adotadas, aprofundou-se a análise a esse nível, através dos conceitos de "habitus" e "representação".

As colocações teóricas apresentadas orientaram a análise dos dados empíricos, permitindo a compreensão das relações entre as condições de vida da população rural, as representações que têm dessas condições e as práticas engendradas por elas.

Acredita-se que este estudo, visando compreender um aspecto da realidade do meio rural ainda pouco explorada, poderá ser útil aos profissionais e instituições que atuam nessa área. Oferecendo dados sobre o modo de vida da população rural e sua interpretação da ordem social, poderá servir àqueles que consideram que a intervenção nas condições de existência desses indivíduos não deve basear-se unicamente em conceitos econômicos e políticos, mas também no estudo de sua cultura e organização social. Especificamente, este trabalho oferece informações úteis ao economista doméstico, que em seu campo de trabalho visa a melhoria das condições de vida das famílias.

2. CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA

O estudo do modo de vida da população rural na sua relação com o meio ambiente físico, sócio-econômico e cultural pode ser efetuado, tomando-se como ponto de referência, a família. Esta é a unidade social mais estreitamente relacionada com a sobrevivência e o bem estar humano, procurando satisfazer as necessidades básicas de seus membros, através da reprodução, criação e transformação de produtos, bens e serviços. Além disso, a família tem o papel de fornecer as condições necessárias ao desenvolvimento do potencial humano, prestando serviços não produtivos mas voltados para a realização de fins de interesse social.

Segundo CEBOTAREV (1979), na sociedade latino-americana atual alguns setores privados ou públicos têm condições de concretizar com maior eficiência a produção de bens, ou a prestação de alguns serviços como a saúde e a educação. Entretanto, outros bens e serviços não especializados como o cuidado de crianças e de velhos, por exemplo, ou de caráter contínuo e repetitivo como alimentação, higiene pessoal, vestuário, podem ser realizados mais satisfatoriamente na esfera doméstica,

particularmente entre famílias de recursos limitados. Isto é demonstrado pela autora (1979, p.30) que considera este aspecto ainda mais relevante, quando se trata da família rural, pois esta "além de participar na transformação de produtos para o consumo familiar, têm a possibilidade de produzir as matérias primas para estes processos". Por esse motivo, considera que a família rural pode reduzir sua dependência do mercado e seus gastos com artigos mais necessários.

Esta generalização não se aplica a todas as famílias rurais, porém a colocação é importante, porque a autora evidencia uma característica distintiva de um tipo particular de família rural que é a de deter os meios para a produção do que lhe é necessário. Nesse sentido, ela se torna unidade de produção, além de unidade de consumo, e se diferencia das outras famílias que se organizam como unidades de rendimentos, na medida em que os membros destas vendem individualmente sua força de trabalho, em troca de salário.

As famílias rurais desse tipo sobrevivem no Brasil há muito tempo, conforme relata QUEIROZ (1976), coexistindo com as monoculturas de exportação e com as fazendas de gado. Constituem, em seu conjunto, a camada intermediária na população rural e que sempre existiu no Brasil, mas apenas recentemente foi reconhecida como tal.

Essas famílias podem em sua forma tradicional, ser identificadas como camponesas, conforme demonstra QUEIROZ (1979, p.18) quando descreve suas características: "A família constitui sempre a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os

produtos, regra geral, satisfazem às necessidades essenciais da vida; as tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho. A família assegura a subsistência de todos os membros; a combinação família-empresa agrícola faz com que se estabeleça uma comunidade de posse e uma comunidade de consumo, além da comunidade de trabalho, sob a autoridade de um membro, que é o pai de família".

Comenta que apesar da aparente uniformidade destes traços, existe uma diferenciação do campesinato, conforme as diversas regiões, e considera que o caráter essencial da definição de camponês é "o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatos"; este destino é pois, o sustento da própria família. Mostra ainda que o camponês brasileiro sempre teve diferentes formas de relação com a terra: além dos proprietários de extensões variadas de terra, existiam sempre posseiros, parceiros, arrendatários e os agregados. Afirma também que este tipo de unidade familiar encontra-se em vias de extinção no Brasil, pois a produção está tendendo a se organizar sob a forma capitalista voltada para o lucro e para o mercado.

Mostra existir no Estado de São Paulo inúmeras famílias de sitiantes que utilizam técnicas modernas e que estão voltadas para o comércio, não mais para o auto-consumo, como os camponeses tradicionais. QUEIROZ (1978) identifica o aparecimento dessa categoria de sitiantes com a instalação dos imigrantes alemães e italianos no sul do país, e, particularmente no estado, associada às grandes plantações de café. O que caracteriza esse novo tipo de sitiantes é a modernização das técnicas

de produção e o destino dado ao produto, ou seja, a comercialização. Afirma que, apesar dessas transformações ocorridas, o trabalho permanece baseado na unidade familiar.

Apesar do emprego de técnicas modernas na agricultura, a autora comenta que essas unidades produtivas têm enfrentado uma série de problemas, sem conseguir resultados satisfatórios. A divisão das terras, em virtude de heranças que reduzem consideravelmente o tamanho das propriedades, e o solo "cansado" são algumas dessas causas. Além disso, o excesso de gasto com insumos e máquinas modernas coloca-os nas mãos dos intermediários, vendendo as colheitas sem negociar preço, por não terem condições de esperar a alta. Conclui QUEIROZ (1979, p.43) "quando se examina o problema dos médios e pequenos agricultores mecanizados e modernos, é possível indagar se a fraca rentabilidade das empresas não resulta justamente do fato de terem optado pelo modernismo, esquecendo que o lucro é um dos indicadores mais seguros da adaptação a uma sociedade global capitalista".

Desse modo, a autora salienta um aspecto da organização agrícola desses sitiantes modernos, que parece não corresponder à sua caracterização como empresa, tal como a ela se refere. É o fato de não visar lucro na produção, ou pelo menos, não tê-lo como meta prioritária.

Nesse sentido a unidade agrícola familiar que define seu trabalho em tais moldes, identifica-se com aquela que SILVA (1978) chama de unidade produtiva camponesa. - Sem entrar no mérito da adequação dos conceitos de unidade produtiva camponesa, empresa familiar, sitiantes modernos, ou ainda novos camponeses - o que se pretende neste trabalho é

evidenciar as características das famílias rurais aqui referidas na forma como se relacionam com a natureza e a sociedade mais ampla, na sua luta pela sobrevivência.

SILVA (1978) analisa as transformações que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira tem imposto às unidades de pequenos produtores familiares. Mostra como estas unidades têm se submetido à produção capitalista e convivido com ela, até mesmo nos países onde esse sistema produtivo está mais desenvolvido. Afirma que no Brasil, a pequena produção camponesa é importante tanto pelo fato de constituir a grande maioria das unidades produtivas do meio rural, como por ter um papel marcante na produção agrícola e na constituição do preço da força de trabalho. Acredita o autor que tal unidade produtiva não é uma forma remanescente de outras épocas, fadada ao extermínio, mas que faz parte do processo capitalista e é útil ao seu desenvolvimento.

Esclarecendo o que considera como produção camponesa (diferencia-a do sentido clássico já analisado neste trabalho), o autor identifica os elementos que a caracterizam: utilização do trabalho familiar, acesso à terra (em forma de propriedade ou de posse) e aos instrumentos de trabalho, para produzir gêneros agrícolas com o fim de reproduzir a sua unidade que é a família. Explica SILVA (1978, p. 3-9) que "embora a produção se destine em grande parte para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado, com a terra, a força de trabalho e os meios de trabalho que sobram da produção para a subsistência. (...) Não se deve

confundir a agricultura de subsistência com autoconsumo. Ao mesmo tempo em que envolve um excedente destinado ao mercado ela não implica em completo auto-abastecimento".

Todas estas características permitem unificar uma grande variedade de tipos de pequenos produtores (pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, posseiros) em uma mesma categoria de análise, que o autor denomina de camponeses. Outra característica que identifica esse grupo é a de utilizar a mão de obra de assalariados temporários durante a colheita, para conseguir a reprodução de sua unidade produtiva.

Em trabalho posterior SILVA (1980, p.61-63), retoma alguns destes pontos, chamando o pequeno produtor de "novo camponês" e esclarece que este "pode ter em comum com o 'antigo camponês' apenas a forma, seja porque organiza o trabalho em base familiar, seja porque tem a posse imediata dos meios de produção, ou de pelo menos, parte deles" e a seguir explica: "Na verdade, a 'recriação' desses novos camponeses não é mais reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. Vale dizer, essa 'recriação' se dá com a crescente perda da 'autonomia anterior do camponês' no próprio processo de produção que passa a ser agora prescrito - inclusive do ponto de vista técnico - pelo capital que o subordina e se lhe apresenta como uma relação social hegemônica".

As colocações anteriores justificam a posição assumida no presente trabalho. Assim, considera-se que tendo inicialmente uma característica de produção para o consumo e venda do excedente, a unidade produtiva familiar, sob as novas condições, tem necessidade crescente

de especializar sua produção e destiná-la cada vez mais para o comércio. Dessa maneira, muda a proporção existente entre o volume do que é produzido para o autoconsumo e o que é comercializável; entretanto, esse fato não interfere na natureza da produção de subsistência. O que é produzido para ser comercializado só o é para a obtenção do numerário, que permita sejam adquiridos bens de consumo. Na verdade, o fim último do excedente comercializável é o sustento da família e não a acumulação do capital. A sua transformação se dá numa tentativa de adaptação às exigências ao sistema capitalista em curso.

Dado pois que essa forma de produção não é um empreendimento com fins lucrativos, SILVA (1980) afirma que o único fator limitante para a exploração camponesa será o rendimento, monetário ou não, percebido pela família e necessário para a manutenção de um "mínimo vital".

A explicitação desse conceito de "mínimo vital", feita de forma brilhante por ANTONIO CÂNDIDO (1964), é de particular interesse neste trabalho e facilita a compreensão do argumento utilizado por SILVA (1978) e que havia sido desenvolvido por MARTINS (1975).

ANTONIO CÂNDIDO (1964, p.11-13) parte da idéia de que existe em toda sociedade a tendência para um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos do meio físico que as satisfaçam. Para que este equilíbrio ocorra, mostra serem necessários dois ajustamentos, por parte de cada grupo: "1) o encontro de soluções que permitam explorar o meio físico para obter recursos de subsistência; 2) o estabelecimento de

uma organização social compatível com elas". Acrescenta que há em cada momento, para cada cultura, "certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas. Formulado nestes termos, o equilíbrio depende de uma equação entre o mínimo social e o mínimo vital. (...) Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais, quando se pode, verossimilmente, supor que, com menos recursos de subsistência, a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações, não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo".

Este é o caso da população estudada por aquele autor em um município paulista, a respeito da qual observou serem as formas de sociabilidade e de subsistência apoiadas em soluções mínimas, apenas suficientes para sustentar a vida e manter a coesão vicinal.

A esse respeito MARTINS (1975) coloca que as condições de existência do homem rural são moldadas por sua relação econômica com o meio. Entretanto, essa relação assume característica própria na medida em que é baseada no excedente. Sendo assim, o intercâmbio econômico se dá na comercialização do excedente, de modo que as condições materiais de existência da população caipira gozam de certa flexibilidade em relação às crises e irregularidades da sociedade como um todo.

Por outro lado, nota MARTINS (1975, p.107) e neste sentido concorda com a posição de SILVA (1978) sobre a produção camponesa, que "o excedente é uma forma de mercadoria que se diferencia das

outras na medida em que a sua organização (...) depende das condições de mercado e não da organização e da atividade deliberada do produto". Na medida em que essas condições de mercado são reguladas a partir da produção capitalista dominante (e esta tem possibilidade de conseguir menor custo, pela produção em grande escala, utilização de terras mais férteis, proximidade do mercado) as condições materiais de existência são mantidas ao nível dos mínimos vitais.

Será preciso, entretanto, discriminar os mínimos aqui referidos nos diferentes momentos históricos. Quando ANTONIO CÂNDIDO (1964) afirma que a população rural conseguiu um equilíbrio entre as relações sociais e o meio a um nível mínimo, refere-se à sociedade caipira tradicional, que constituía uma vida social de tipo fechado e utilizava técnicas rudimentares. Diz o autor que num estágio mais primitivo da família caipira, não havia quase negócios: cada uma consumia o seu produto e nos anos fartos sobravam mantimentos que não eram vendidos. Inclusive os tecidos com que se confeccionavam roupas, tinham produção caseira. Também os utensílios eram na maior parte feitos em casa, e a habitação era extremamente simples. Aspecto significativo apreendido pelo autor é que em consequência desses padrões mínimos de vida e da falta de condições estimuladoras, verificava-se pouca disposição para o trabalho e longas horas dedicadas ao lazer.

Vários são os estudos que comprovam esse modo rudimentar de viver das famílias rurais tradicionais.

NOGUEIRA (1962) cita que as casas eram paupérrimas, onde caixões substituíam cadeiras e mesas, caixas de madeira e arcas faziam

as vezes de guarda-roupas e onde, ao invés de louça e vasilhame de cozinha, eram usadas antigas panelas de ferro e predominantemente latas vazias de querosene, óleo ou gasolina; os talheres eram limitadíssimos. Segundo o autor, na maior parte das casas não existiam livros, não se compravam jornais ou revistas e o relógio era considerado um luxo que poucos se permitiam. Sobre o vestuário, afirma que era o mais simples possível, com tecidos de algodão dos mais baratos.

Compartilhando a idéia, DURHAN (1973) completa que a quantidade reduzida de numerário que cada um possuía era insuficiente para a compra do necessário, tal como o sal, tecidos, armas e instrumentos de metal. Assim, uma situação de pobreza se afigurava em tudo aquilo que não podia ser produzido com as técnicas ao alcance desse meio.

Fazendo referência a esse tipo de vida WILLEMS (1961) apresenta as seguintes características: pouco valor atribuído à terra e a seus produtos básicos, abundância relativa desses produtos, escassez relativa de numerário, salários insignificantes, poucas possibilidades de vender os produtos da lavoura e criação por preços lucrativos. Em decorrência desses fatores, os elementos de cultura material que não podiam ser produzidos pela própria comunidade, permaneciam raros e pouco desenvolvidos. Pelo mesmo motivo, verifica-se o esforço da comunidade em tirar o proveito máximo dos recursos que o meio ambiente oferecia. Considera esse aspecto da família rural não apenas sinônimo de uma situação econômica deficiente, mas a configuração de um estilo de vida. Analisando famílias em melhores condições financeiras, notou que ainda entre

elas, as técnicas de construção de habitações mais desenvolvidas, a variedade na alimentação, as mobílias e o vestuário tinham baixa cotação na sua escala de valores.

Interessada em problema semelhante QUEIROZ (1973) mostra a necessidade de descobrir se a fraqueza de consumo que constatou em bairros rurais paulistas é "decorrente de uma fraqueza econômica, ou se é decorrente de necessidades definidas segundo padrões tradicionais"(Por padrões tradicionais rurais, a autora entende padrões de civilização caipira que moldam as necessidades de consumo).

O mínimo vital ao qual MARTINS (1975) se refere entretanto, diz respeito à fraqueza econômica (nos termos de QUEIROZ) provocada pelo processo de capitalização do campo. Considerando que esse processo tem provocado, entre outras coisas, intensificação nos contatos entre os meios rural e urbano, as necessidades das famílias rurais passam a ser definidas com base nos padrões urbanos, onde a cultura é muito mais complexa. A natureza dos mínimos muda então por completo: o nível mínimo é superado, os graus de auto-suficiência social e econômica se modificam.

Mais uma vez é ANTONIO CÂNDIDO (1964) quem fornece explicações claras a esse respeito. Analisando a expansão da economia capitalista em São Paulo, evidencia a crise que esta provoca nas formas de organização e nas concepções do mundo da família rural. Impelida a comprar os bens que antes produzia, a família passa a ter que vender cada vez mais. Para haver um equilíbrio seria necessário que receita e despesa se iguallassem. Contudo são inúmeros os problemas enfrentados na

comercialização dos produtos agrícolas. ANTONIO CÂNDIDO (1964, p.130) argumenta que "a formação de preços para os produtos agrícolas produzidos em pequena escala obedece a fatores diferentes e muito mais variáveis (na presente conjuntura) do que aqueles mais constantes que regem a formação de preços dos produtos industriais".

Os fatores que influem nas condições de mercado dos produtos são as variações climáticas (seca, chuva excessiva, geada, etc.), a presença dos intermediários que reduzem o preço de compra para obterem lucro na venda, falta de condições de estocagem, o que força o produtor a vender sua produção em qualquer tempo, sem condições de negociar preço.

Entre as adaptações feitas pelas famílias para enfrentar o desequilíbrio, ANTONIO CÂNDIDO (1964) cita a elaboração de um esboço de orçamento que permita a previsão de receitas e despesas, e uma profunda alteração no ritmo de trabalho.

A esse respeito, SILVA (1978) afirma que para manter as condições de produção, o pequeno produtor muitas vezes tem que recorrer a um baixo consumo e ao mesmo tempo aumentar a jornada de trabalho, além de usar a mão de obra gratuita de sua família e até das crianças.

Uma possível consequência dessa situação é que, se as mulheres se veem impelidas a se ocupar mais tempo na agricultura, o que resta da pequena indústria e manipulação doméstica fica prejudicado, levando à necessidade de comprar o que antes era produzido. Como exemplo, ANTONIO CÂNDIDO (1964, p.143) cita o arroz, que, sendo anteriormente

descascado no pilão, passa a ser beneficiado nas máquinas instaladas na vila. O autor faz referência a um aspecto extremamente importante, o psíquico, notando que se a mulher "vê a possibilidade de escapar ao esforço penoso de pilar arroz, começa a achar insuportável esta tarefa e a se sentir diminuída quando a executa, enquanto nas formas retrógradas de vida caipira, este e outros esforços mais duros são aceitos sem discussão, visto como não há alternativas".

Chamando a atenção para o fato de o caipira se desapegar das técnicas antigas, desprezando-as para adotar as novas, o autor afirma que isto se dá não somente pela mudança no ritmo de trabalho, mas por causa do excesso de valorização do traço novo adotado. Conclui que o caipira tende sempre a aceitar um traço novo, quando este é proveniente do meio urbano, porque a adoção é elemento de prestígio para ele.

Esta colocação permite destacar dois pontos relevantes para o presente estudo e que merecem ser desenvolvidos. O primeiro deles é a idéia da dimensão simbólica do comportamento social, aqui esboçada na forma de prestígio. Este problema será retomado oportunamente. O segundo, estreitamente ligado ao anterior, é o referente à razão pela qual a cidade é detentora de prestígio, e por isso influencia os hábitos culturais da população rural.

3. SUBORDINAÇÃO E SIGNIFICADO

3.1. Relações cidade-campo

A questão das relações entre meio rural e urbano, e do prestígio deste entre os habitantes daquele, tem sido abordada em diferentes linhas de pesquisa.

Segundo QUEIROZ (1973), do ponto de vista sociológico, o campesinato constitui sempre uma camada subordinada econômica, política ou socialmente, dentro de uma sociedade global, mesmo tendo domínio sobre seus meios de produção. A camada superior pode constituir-se tanto de proprietários e empresários rurais de maior posse, como de camadas urbanas, às quais o campesinato sempre está em situação de inferioridade quanto ao prestígio e ao poder.

A diferenciação do rural com o urbano no Brasil, segundo a autora, data do século XIX, quando houve a difusão cultural de um gênero de vida burguês citadino e não propriamente uma urbanização, pois esta estaria ligada à industrialização que veio bem mais tarde. Para

QUEIROZ (1978, p.57) esse gênero de vida "diferencia a população urbana não apenas segundo níveis econômicos, porém muito mais culturalmente, sendo que as camadas superiores adotam como sinal distintivo o requinte e um arremedo de cultura intelectual. O que é mais, a partir deste momento, julgamos, vida na cidade e vida no campo também passam a diferenciar-se muito em qualquer nível social". Entretanto a autora indica que isto se dá em regiões economicamente fortes, pois nas mais pobres, a vida nas cidades é semelhante à do campo. Assim, nesse período a diferenciação entre as cidades estaria ligada à riqueza do meio rural e não à industrialização, no Brasil.

A partir desse momento, as cidades burguesas passam a ser o centro de um consumo diversificado e suas funções se ampliam, desenvolve-se o comércio e os serviços à população, distanciando cada vez mais meio rural e urbano. Decorre daí uma projeção da cidade como pertencendo a um nível superior ao do campo, em virtude da difusão do gênero de vida influenciado pela civilização européia. QUEIROZ (1978, p.64) salienta que as relações rural-urbano a partir dessa época tornam-se complexas, mas sempre "marcadas por caracteres urbanos, isto é, em que a cidade tende cada vez mais a dominar o campo, reduzido a uma posição não apenas de subordinação como também de inferioridade".

Posteriormente, a expansão da industrialização brasileira desenvolve nas camadas superiores entre os produtores e empresários, o gosto pelo consumo ostentatório, sedimentando ainda mais o gênero de vida aburguesado, diferenciado substancialmente do rústico, predominante entre os habitantes rurais. Por outro lado, a autora nota que na medida

em que, na sociedade industrializada, os centros urbanos passam a gerar a riqueza, atraindo grandes concentrações da população disposta a exercer atividades diversas, não agrárias, para desfrutar da civilização, o campo perde sua primazia na produção de riquezas. Ocorre novo impulso à urbanização, intensificando a dicotomia campo-cidade já existente. Para QUEIROZ (1973, p.283) a estrutura de dominação instalada entre ambos, do ponto de vista econômico, se teria estendido aos valores, aos comportamentos, às estruturas sociais e políticas; inconfundíveis e antinômicas se mostrariam as relações entre campo e cidade (...).

Uma constatação interessante verificada por QUEIROZ (1978, p.305) numa análise entre os processos que envolvem as relações campo-cidade é que ao nível econômico, tais processos não seguem os mesmos rumos que ao nível cultural: "embora suas relações se apresentem muito estreitas (...) a determinação da superestrutura pela infra-estrutura não vai ao ponto das variações da infra-estrutura comandarem todos os processos em curso no interior da superestrutura". Assim, fatores culturais exteriores à sociedade brasileira introduziram mudanças na sua superestrutura como as causadas pelos hábitos culturais burgueses europeus, ainda que não tivessem ocorrido transformações nas suas relações de produção. Segundo a autora essa importação de elementos culturais é possível porque estes se exprimem sempre sob a forma de bens e mercadorias industriais, como a moda vestimentar, a moda alimentar, etc. Tal observação é muito oportuna porque indica a existência de um universo simbólico que tem uma instância própria, conforme será visto adiante.

MARTINS (1975) refere-se às relações do mundo urbano com o rural, como sendo de exploração de umas classes (rurais) pelas outras (urbanas). Explica que nas últimas décadas a industrialização no Brasil e o concomitante crescimento urbano imprimiram profundas mudanças entre tais relações, levando à dominação do rural pelo urbano. A economia urbana passou a ser mais compensadora do ponto de vista do lucro, atraindo um grande contingente de pessoas, redefinindo as funções das cidades. Segundo MARTINS (1975, p.2) observou-se paralelamente a esse crescimento a "elaboração de uma ideologia urbana, em função dos problemas que o processo suscitava, sublinhadora dos valores concebidos, então, como típicos das cidades e a elas inerentes". Forma-se então uma concepção generalizada de descrédito à sociedade agrária, que passa a ser interpretada como atrasada e incapaz de desenvolver-se social, cultural e economicamente. Questionam-se os seus valores e normas, atribuindo-lhe apenas o papel de compradora e consumidora de mercadorias, nada tendo a oferecer à sociedade que então se forma. MARTINS (1975, p.8) indica o sentido ideológico dessa concepção unilateral, "com um sentido explícito que pode ser notado tanto na divisão da economia, da sociedade, etc., em rural e urbana, quanto na dependência que se estabelece da primeira em relação à segunda". Pode-se constatar essa ideologia nas avaliações que órgãos e grupos políticos e muitos pesquisadores fazem das condições sociais, econômicas e culturais do meio rural.

PEREIRA (1976) evidencia que com a ampliação dos contatos entre campo e cidade, o habitante rural tem acesso a novos meios de comunicação e toma conhecimento da existência de bens físicos desenvolvidos

pela tecnologia e novas formas de serviço. Oferecendo uma grande diferenciação do consumo de bens e serviços, o estilo de vida urbano cria e desenvolve necessidades materiais e não materiais jamais despertadas entre os habitantes do meio rural; a cidade torna-se um grupo de referência positivo para eles. O autor salienta que o meio urbano representa um complexo de oportunidade de vida comparativamente superior ao rural, na medida em que propicia maior quantidade de consumo, efetivando um padrão de vida mais elevado.

Anteriormente, PEREIRA (1971) havia desenvolvido essa idéia, utilizando o conceito de "socialização antecipada". Afirma que, embora haja uma adesão ao estilo de vida urbano, não há na sociedade brasileira a sua efetivação, em virtude da não incorporação generalizada de todos os seus componentes. Além disso, acrescenta que a limitação dos meios materiais e institucionais contribui para que não haja comportamentos efetivos que correspondam à valorização desse estilo de vida. Desse modo, este apresenta-se sob a forma de uma "socialização antecipada", mais como padrão de avaliação da situação presente, do que propriamente vivenciada naqueles meios que não propiciam a satisfação das necessidades materiais e não materiais difundidas por aquele estilo.

Os textos revistos deixam clara a existência da subordinação do meio rural ao urbano. Contudo, ainda que mostrem o modo como surgiu, que processos envolve, não forneceu suficiente explicação das razões por que se mantêm. A explicação através da influência exercida pela capitalização dos meios de produção no campo não parece suficiente porque, como os textos indicam, há outros fatos na vida social que não se

explicam inteiramente em termos econômicos. Como mostra OLIVEN (1980, p.79) "não é possível postular uma relação linear entre posição sócio-econômica e adesão a orientações culturais (...) é preciso ter em conta que não se pode reduzir mecânicamente comportamentos e valores a interesses econômicos, já que enquanto estes possuem uma conotação eminentemente prática e objetiva, aqueles envolvem dimensões muito mais pessoais e subjetivas". Dimensões pessoais podem estar em jogo, por exemplo, quando agentes sociais rejeitam a proposição de determinados padrões culturais, como constatou ANTONIO CÂNDIDO (1964).

Assim, é oportuna a colocação de QUEIROZ (1978) quando afirma que, se ao nível das estruturas mais gerais, como as econômicas, pode-se visualizar claramente os processos dialéticos em que campo e cidade estão envolvidos, ao nível de estruturas mais particularizadas, como a cultural, isto já é mais difícil. Atribui tal dificuldade tanto à maior complexidade deste nível, como ao fato de existir menos pesquisas nessa área, que sirvam de base para análise. Sustenta a autora que o número de trabalhos sociológicos focalizando fatores econômicos é muito maior do que os ligados a fatores sócio-culturais e talvez decorra daí a maior complexidade supostamente existente.

Constata-se pois a necessidade de se aprofundar mais a análise a esse nível. Admitindo-se a idéia da autora de que as transformações culturais não advêm necessariamente das mudanças na infra-estrutura da sociedade à qual pertencem, cumpre concentrar a atenção nos processos que ocorrem nessa instância superior, para tentar obter uma

explicação convincente a respeito não só das razões que envolvem a subordinação de uma camada às outras, mas também e principalmente, a adesão a valores, crenças e práticas de camadas consideradas superiores.

3.2. A Dimensão Cultural ou Simbólica

O primeiro passo para uma perspectiva de análise ao nível cultural é o seu reconhecimento como uma instância particular.

Parte-se do pressuposto de que na prática social resultante da interação entre os indivíduos, estes desenvolvem um conjunto de símbolos e significados que dão sentido e orientam suas ações, acrescentando uma nova dimensão à sua realidade natural e social: a cultural.

Este componente simbólico da ação humana é um modo de organização da vida social, fundamentado na criação e manipulação de símbolos que no dizer de DURHAN (1981), mais que parte integrante, é elemento constitutivo da prática social. Segundo a autora, existem padrões culturais, ou código simbólico, que fornecem orientações, parâmetros ou receitas para a realização das práticas, organizando assim a vida social. Para a compreensão desse processo BOURDIEU (1972) considera necessário não apenas o conhecimento da ordem estrutural em que eles adquirem forma e sentido, como fato consumado, mas também das condições que tornam possível a existência dessas normas culturais e que lhe dão origem. Partindo da idéia de que existe uma relação dialética entre os indivíduos e o ambiente social do qual fazem parte, esse autor desenvolveu uma "teoria da prática" ou de geração das práticas. Afirma que as estruturas

constitutivas daquele tipo particular de ambiente, são internalizadas pelos indivíduos, e através de seu comportamento aquilo que incorporam volta a se exteriorizar. É o que denomina dialética da interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. Nesse processo intervêm o "habitus", sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes. Este é inerente aos indivíduos, e constitui o princípio de geração e estruturação das práticas e representações. É "estrutura estruturada" porque forma representações do mundo social que refletem as condições materiais de existência e "estrutura estruturante" porque dá origem a práticas coerentes com tais representações. A interpretação que MICELI (In: BORDIEU, 1974, p. XLI) faz dessa colocação auxilia a sua compreensão: "O 'habitus' vem a ser portanto, um princípio operador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relação: as estruturas objetivas e as práticas. O 'habitus' completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas".

As práticas não são simplesmente produtos de uma situação conjuntural; na sua produção interfere toda a experiência dos indivíduos, sua posição presente e passada na estrutura social, que eles transportam sob a forma de "habitus". Portanto, este é constantemente atualizado nas práticas, estruturadas segundo seus princípios, tendendo a sobreviver ao passado e perpetuar-se no futuro.

Existe, pois, uma relação dialética entre as estruturas objetivas e o "habitus" como sistema de estruturas cognitivas e

motivacionais que elas produzem e que tendem a reproduzi-las.

BORDIEU (1972, p.180) propõe que o "habitus", "integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma(...)" Na formação dessa matriz de percepções, apreciações e ações, o processo de socialização desempenha papel primordial, através da primeira inculcação familiar, do sistema de ensino e posteriormente dos meios de comunicação de massa. As primeiras experiências servem de base para as sucessivas reestruturações que sofre o "habitus" em vista das novas experiências ocorrentes em toda a trajetória social dos indivíduos. Para o autor, tais sistemas de disposições duráveis são incorporados a partir de um tipo determinado de condições de existência e engendram as aspirações e práticas compatíveis com essas condições objetivas e de certa forma adaptadas a elas.

Resulta daí que a avaliação subjetiva das oportunidades de êxito de uma determinada ação fazem interferir todo um corpo de conhecimentos que determina as condutas adequadas à situação. Desse modo, o autor evidencia a existência de uma concordância estreita entre as probabilidades objetivas dos indivíduos, e as suas aspirações ou motivações subjetivas, levando-os a desejar apenas aquilo que podem alcançar. Esta é, pois, uma consequência da "dialética da interioridade e da exterioridade".

Outro aspecto analisado pelo autor é que sendo os indivíduos produtos das mesmas condições objetivas, são portadores do mesmo "habitus" e, portanto, este deve ser considerado como "habitus de classe", uma vez que se trata de um sistema de disposições comum a todos os produtos das mesmas estruturas. Melhor explicando, pode-se dizer que as práticas dos membros de um mesmo grupo ou de uma mesma classe* são dotadas de um sentido unitário e sistemático. Este transcende as intenções e projetos individuais, porque são o produto de disposições geradas a partir da interiorização das mesmas estruturas, ou seja, das bases econômicas de uma determinada formação social.

Considera BORDIEU (1972, p.188) que sendo o "habitus" "um sistema subjetivo mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e ação que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe, e constituinte da condição de toda objetivação e toda apercepção, fundamenta-se pois, o acordo objetivo das práticas e a unicidade de visão de mundo sobre o caráter impessoal e a substituição perfeita das práticas e visões singulares".

Nesse sentido o autor considera o "habitus" como o fundamento mais sólido da interação dos grupos e das classes.

Por outro lado, na medida em que as práticas são adaptadas às estruturas, elas tendem a reproduzi-las, reproduzindo as condições de existência material e as relações de classe. Nesse caso, a cultura assume a função ideológica de legitimar uma ordem social arbitrária que justifica o sistema de dominação vigente.

* Na tentativa de preservar a validade da teoria para todos os tipos de sociedade, o autor utiliza sempre os termos "grupos" e "classes" como sinônimos. Neste trabalho será adotado também o termo "camada" evitando as conotações específicas que cada um deles isoladamente pode assumir.

BORDIEU (1974) desenvolve uma análise a esse respeito tomando como ponto de referência o fato de que o desenvolvimento do capitalismo baseia-se numa complexa divisão do trabalho, a que corresponde uma sociedade de classes, cujas posições relativas são condicionadas à forma pela qual o produto do trabalho é repartido de maneira desigual. Baseia-se também na concepção de que, no âmbito cultural, os símbolos constituem sinais que estabelecem o espaço em que se movem os diversos grupos e classes que integram a estrutura social. Dessa forma, o autor reconhece na ordem social não apenas uma distribuição e utilização desigual de bens materiais, que corresponde a uma ordem econômica, mas também distinções simbólicas baseadas em um sistema de relações de produção e consumo de bens simbólicos. Assim, estabelece uma distinção entre mercado de bens materiais e mercado de bens simbólicos, ao nível cultural. Esse mercado é de certo modo manipulado pelos grupos dominantes, que dessa forma controlam os significados culturais e a sua relevância social, estabelecendo os meios de legitimação do poder que detêm.

Nessa relação entre grupos, os bens materiais revestem-se, pois, de significados, e são utilizados para legitimar a hierarquia social resultante das condições materiais de existência.

Entretanto, existe uma interpenetração dos indivíduos de diferentes classes sociais e estes se envolvem em relações simbólicas com os indivíduos de grupos que não o seu próprio. Existe sempre uma tentativa por parte dos indivíduos, de apreender o significado dos bens possuídos pelos indivíduos pertencentes a classes hierarquicamente superiores, incorporando, na medida do possível, o seu modo de utilização.

Aqueles bens que simbolizam mais claramente a posição dos indivíduos na estrutura social, são por isso os mais valorizados.

Assim, as diferenças econômicas são reforçadas pelas distinções simbólicas através do consumo de bens que se transformam em signos. Segundo BORDIEU (1974) entre todos os tipos de bens de consumo, são as roupas e os enfeites (mais que um automóvel, a decoração de um apartamento, etc.) que melhor desempenham a função de diferenciação dos grupos, por serem de maior rendimento simbólico.

Aspecto importante ressaltado pelo autor é o de que na procura da distinção, a busca de um refinamento é inevitável, sendo que este é monopólio de pessoas privilegiadas em uma sociedade. Completando, BORDIEU (1974, p.23) afirma que "é preciso englobar na simbólica da posição de classe não apenas os procedimentos expressivos, isto é, os atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer ou saber, traduzem ou revelam aos olhos dos outros e, sobretudo dos estranhos ao grupo, uma certa posição na sociedade (...)."

Na medida em que os indivíduos orientam suas práticas nesse sentido, em virtude da representação social que reproduz a estrutura das relações sócio-econômicas, estão legitimando a ordem social vigente e contribuindo para a preservação do "status quo".

Considerando a escassez de estudos referentes às relações entre classes e cultura em sociedades latino-americanas OLIVEN (1980) propõe a análise de como a dominação de uma é refletida e mediada pela

outra. Mostra para isso a relevância de se estudar as práticas e orientações culturais de diferentes classes sociais, em seus diferentes modos de enfrentar situações da vida cotidiana. Tal estudo deve envolver, segundo o autor, dois aspectos culturais que não abrangem todo o conjunto de atividades relacionadas à noção de cultura, mas fornecem elementos suficientes para verificar de que modo as desigualdades sociais são interpretadas por diferentes classes de uma determinada sociedade. São eles o estudo de práticas sociais (padrões de comportamento e estratégias de sobrevivência compatíveis com a estrutura social) genericamente chamadas de modo de vida, e o estudo dos sistemas de significados ou modos de interpretar e representar a ordem social, formando uma concepção de vida. Estes podem ser referidos como representações sociais.

Esta forma de operacionalizar os conceitos teóricos aqui desenvolvidos é extremamente útil para os objetivos do presente trabalho e ao lado das colocações teóricas apresentadas definiram os questionamentos levantados, orientando a análise dos dados empíricos.

4. METODOLOGIA

4.1. Objetivos

Este trabalho pretende analisar como as relações campo-cidade interferem nas práticas, tomando-se a camada formada por famílias de pequenos produtores rurais como subordinada, e a urbana como dominante, conforme as proposições teóricas formuladas anteriormente.

Entre as consequências da intensificação das relações entre meio urbano e rural, verifica-se uma orientação das famílias no sentido de desenvolver estratégias específicas para a obtenção dos meios materiais que consideram necessários à sobrevivência. Pretende-se demonstrar que tais práticas são coerentes com a representação que os indivíduos do meio rural têm da ordem social vigente. Na medida em que as práticas, especificamente as de consumo, são realizadas para satisfação das necessidades, refletem estas necessidades e as representações da realidade objetiva que lhes deram origem.

Utilizando o conceito de "habitus" desenvolvido por BOURDIEU (1972) visa-se mostrar que as representações sociais interferem nas

práticas resultantes das condições materiais de existência dos indivíduos rurais, orientando-as e estabelecendo a direção que assumem.

Nessa proposta de trabalho encontra-se implícita a idéia de que a conjuntura econômica, por si só, não é suficiente para explicar a adoção de determinadas práticas por um grupo social. É necessário considerar também, os motivos formulados ao nível das representações.

Privilegiar o campo simbólico numa análise deste tipo não significa reduzir a importância da esfera econômica no processo de formação da conduta mas, no dizer de BORDIEU (1974, p.25) "significa optar por acentuar explicitamente (...) um perfil da realidade social que muitas vezes passa despercebido, ou então, quando percebido quase nunca aparece enquanto tal".

Portanto, são objetivos do presente trabalho:

- Analisar a adoção de determinadas práticas referentes à obtenção de bens materiais e simbólicos, relacionados às necessidades básicas de um grupo de famílias do meio rural.
- Identificar as representações que essas famílias têm de suas condições de vida e de suas relações com a cidade.
- Analisar a coerência entre as práticas e representações dessa camada da população rural.
- Evidenciar, através dos aspectos observados, os mecanismos de dominação imanentes à relação cidade-campo.

Tendo em vista a realização dos objetivos deste estudo, a pesquisa empírica foi planejada visando propiciar dados que fornecessem informações sobre o modo de vida da população rural. Não era intenção fazer uma análise exaustiva desse tema, mas estudar os aspectos do modo de vida relacionados com a obtenção, pela família, de recursos necessários à satisfação das necessidades básicas.

Assim, os dados deveriam abranger, em princípio, o conjunto de atividades e organização de tarefas destinadas a transformar recursos em produtos e serviços para satisfazer as necessidades básicas dos membros da família. Foram consideradas básicas as necessidades de alimentação, habitação e vestuário. Decidiu-se estudar mais detalhadamente o vestuário, pois incorporando grande significado simbólico é extremamente útil como indicador dos fenômenos que se pretendia analisar.

Fazendo considerações a respeito de necessidades culturais, CHOMBART DE LAUWE (1970, p.33) coloca que para determiná-las, "é importante que se observe o comportamento da população, que se compreenda como os diferentes meios sociais representam a cultura, quais são as suas aspirações fundamentais, qual a consciência que têm de suas próprias necessidades no domínio cultural". Nesse sentido, era preciso que se obtivesse também, dados a respeito das aspirações das famílias de pequenos produtores rurais e da forma como representam suas aspirações, suas necessidades, suas condições de vida. Além disso, dados sobre a relação com a cidade e o que ela representa para essa população, também se mostraram importantes no contexto da presente pesquisa.

Considerando-se a natureza do objeto de estudo escolhido, optou-se por uma análise qualitativa. Este tipo de análise pareceu ser o mais adequado, na medida em que se pretendia verificar o modo como se apresenta a realidade social. Não se pretendia medir a frequência dos fenômenos internos dessa realidade, e por isso, afastou-se a perspectiva de uma análise quantitativa.

Levando-se em consideração a afirmativa de QUEIROZ (1978, p.311) de que "a explicação sociológica não é encontrada nem na qualidade, nem na quantidade dos fenômenos; é encontrada na sua gênese", fez-se necessária a análise não apenas das práticas como fatos consumados, mas a adoção de pressupostos teóricos que explicassem as condições que as tornam possíveis e as originam. Diante disso, tornou-se fundamental a discussão dos dados desta pesquisa nos termos propostos por BOURDIEU (1972) e analisados no capítulo anterior.

Para selecionar um grupo de famílias de pequenos produtores rurais que fornecessem as informações desejadas, optou-se por uma população residente em um município onde o processo de capitalização no campo vem se desenvolvendo em ritmo acelerado. Trata-se do Município de Jaboticabal, SP., cuja economia rural tem sofrido radical transformação frente à instalação de usinas açucareiras em sua região, mas que ainda conserva organizações produtivas para a subsistência.

Dadas as diversas formas de unidades familiares encontradas na referida população decidiu-se considerar família como sendo o grupo doméstico definido por GOLDTHORPPE (1977, p.88), como grupo

residencial que "consiste em pessoas normalmente relacionadas por descendência ou casamento, que vivem num lugar (...) e dividem entre elas as tarefas e a preparação dos alimentos.

Numa tentativa de padronização do tipo de relação que mantêm com a cidade, foram consideradas apenas as famílias residentes no meio rural. O interesse da pesquisa limitou-se a parceiros, arrendatários e proprietários que em geral, são encontrados entre os pequenos e médios produtores.

4.2. Definição da Amostra

Para a definição da amostra, recorreu-se aos vários órgãos institucionais do município - IBGE, INCRA, Casa da Lavoura - que poderiam fornecer dados referentes às unidades familiares e às propriedades rurais.

Os critérios adotados para a realização da pesquisa: a necessidade de ser uma organização produtiva de algum modo voltada para a subsistência, a necessidade de posse da terra e dos instrumentos de trabalho, a definição globalizante de família como grupo doméstico, a obrigatoriedade de residirem no meio rural, reduziam consideravelmente o tamanho da população em foco, mas tornavam impossível localizá-la por quem não conhecesse a região.

Tendo acesso ao recadastramento do INCRA, observou-se a sua inadequação para o levantamento das propriedades, por estar desatualizado, segundo o próprio funcionário local. Várias propriedades

havam sido divididas por herdeiros, inúmeras haviam sido vendidas ou arrendadas para as usinas, outras constavam da lista diversas vezes, como pertencentes a diferentes proprietários. Além disso, não havia dados sobre parcerias e arrendamentos ou chácaras de recreio.

Estas observações foram confirmadas pelo engenheiro agrônomo do Banco do Brasil local, que é natural da região, e, além de trabalhar ali como fiscal da carteira agrícola há 32 anos, faz constantes serviços de topografia para a população rural, - e que portanto tem um conhecimento profundo de toda a região. De acordo com as suas informações, soube-se também que o processo de êxodo rural para locais mais distantes, ou para as cidades próximas estava muito acelerado.

Posteriormente, alguns depoimentos confirmaram este fato, como o seguinte:

"Antes, nestes 4000 metros tinha umas 100 casas.(...) Hoje não tem 10 casas, não tem mais vizinho. A usina passa as moto, derruba as casas, nivela e enterra tudo e planta cana em cima".

Desse modo, não havia possibilidade de uma estimativa numérica das famílias que se enquadravam nos requisitos exigidos pela pesquisa, e conseqüentemente a possibilidade de se fazer uma amostragem aleatória foi afastada.

Como se pode constatar, vários fatores influíram para que se optasse por uma amostra seletiva.

Para a localização das propriedades obteve-se a orientação do engenheiro agrônomo citado, que forneceu ainda dados para a seleção da amostra nos padrões estipulados. No decorrer das entrevistas, informações dos próprios sujeitos auxiliaram a completar o conjunto da amostra, propiciando a localização de novos informantes.

Portanto, não houve um número pré-determinado de entrevistas para a amostra que abrangeu a quase totalidade dos grupos familiares da região. Excluindo-se os raros casos de famílias não encontradas por ocasião da visita, e 3 casos de pessoas que se recusaram a colaborar, foram realizadas 76 entrevistas, das quais duas foram inutilizadas por falha técnica na gravação. Portanto, os resultados descritos dizem respeito a 74 entrevistas de grupos familiares rurais.

4.3. Coleta de Dados

Levando-se em conta a natureza do problema e a forma como se pretendia abordá-lo, optou-se pela técnica de entrevistas gravadas, com roteiro básico mas não limitante. Este roteiro foi elaborado visando obter as informações necessárias. Constou de perguntas gerais para a caracterização das unidades familiares e outras específicas, relativas aos temas propostos. (Apêndice).

A inexistência de estudos anteriores no enfoque deste, nos quais se pudesse basear a elaboração do roteiro da entrevista, reforçou a necessidade de um pré-teste, que foi feito com famílias da região estudada. O resultado foi satisfatório, mostrando a necessidade

de se mudar apenas a ordem de algumas questões, para um melhor encadeamento das respostas obtidas.

Tanto nesta fase como na posterior, a coleta de dados propriamente dita, observou-se que, após a apresentação do tema, grande parte dos entrevistados respondia espontaneamente à maioria das questões que constavam do roteiro, o que comprovou a sua eficiência para a obtenção das informações desejadas. Este fato evitou uma interferência excessiva por parte do pesquisador, afastando portanto, o inconveniente apontado por QUEIROZ (1981) para esse tipo de técnica. A autora argumenta que a pesquisa com roteiro tem origem nas preocupações do pesquisador, que as impõe ao informante e este tem que se conformar com responder perguntas orientadas por motivações que não são as suas. Evitou-se a rigidez do roteiro, procurando-se obter o máximo de informações espontâneas.

Apesar disso, não se conseguiu evitar a dificuldade que as pessoas tinham de verbalizar sua experiência de vida. Ainda que o tema exposto fizesse parte de seu próprio cotidiano, percebia-se que para elas era um tipo de questionamento que jamais chegaram a formular. Este problema já havia sido encontrado por SIGAUD (1971) que, por esse motivo considerou a pesquisa como sendo uma "violência relativa" aos indivíduos.

O uso do gravador, para registro das informações não constituiu problema. Após ser explicado que serviria apenas para não se perder informações úteis, e para economia de tempo, o informante não opunha restrições a sua utilização.

Considerando-se que tradicionalmente as práticas em estudo tem estado, sobretudo, a cargo das mulheres no grupo doméstico, resolveu-se entrevistá-las de preferência. Algumas entrevistas receberam a participação do marido e filhos.

Sendo o objeto de estudo a representação social que os indivíduos têm de suas condições de vida, o que se procurava apreender era o consenso do grupo a esse respeito, e portanto, o sexo ou papel social dos informantes, não deveria oferecer limitações à pesquisa. Também por esse motivo, as diferenças individuais de idade, local de nascimento, origem étnica, escolaridade, não foram consideradas relevantes neste trabalho. Da mesma forma, não se julgou necessário caracterizar, na análise dos resultados, os entrevistados cujos depoimentos foram citados.

As entrevistas tiveram uma duração de 15 a 50 minutos, conforme a prolixidade das entrevistas (ou de seus maridos) e foram realizadas no período de janeiro a março de 1980.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Caracterização da População

Como foi visto no capítulo anterior, o interesse central deste trabalho estava dirigido para grupos familiares residentes na zona rural, dotados de uma organização produtiva voltada de algum modo para a subsistência, e de posse da terra e de instrumentos de trabalho.

Atendendo a tais critérios, verifica-se que a população estudada é constituída na maioria (67,6%) de famílias nucleares, ocorrendo casos esparsos (6%) de agregados, como sogra, irmã ou irmão de um dos cônjuges. Também foram encontradas famílias extensas (26,4%) com três gerações convivendo sob o mesmo teto. O número médio de elementos por família encontrado foi de 5,7 com o número mínimo de 3 e o máximo de 16. A média de idade das mulheres entrevistadas foi de 42 anos.

O elemento de integração das grandes famílias é o casal de velhos que ainda detêm a posse da terra, e conseqüentemente a fonte dos rendimentos necessários à sobrevivência. Levando-se em consideração

que o objetivo do grupo é a sobrevivência, a sua constituição está vinculada às possibilidades de acesso à terra e a insumos, portanto, ao rendimento que o trabalho comum pode propiciar.

Todas as famílias entrevistadas têm acesso à terra para produzir gêneros agrícolas, com base na mão de obra de seus membros. Entretanto existe uma grande complexidade e multiplicidade de formas de posse da terra. A maioria (72%) é proprietária de pelo menos uma gleba, mas ocorrem casos de arrendamento (27,9%) no sistema de terça, parceria ou a conjugação dessas formas na tenência da terra.

As áreas ocupadas pelas unidades familiares têm dimensão variada, sendo mais frequentes (38,2%) as de 10 a 19 alqueires, nem sempre contíguas. Também ocorrem com certa frequência as propriedades entre 20 e 29 alqueires (19%) e de 30 a 39 alqueires (16%). Há também algumas menores e outras de maior dimensão, ocupadas pelas famílias maiores.

A produção é voltada para o comércio, predominando a exploração do algodão (66,2%), milho (51,4%), soja (29,4%) amendoim (23,5%), arroz (25%) e (em menor quantidade) café (13,2%) e cana (11,7%). Para o consumo doméstico ou para o "gasto" (no dizer das pessoas entrevistadas), são frequentes o plantio de arroz (60,2%) e milho (58,8%) (normalmente utilizado para as criações de porco e galinha), aparecendo também, com menor frequência o cultivo de feijão (16,2%) mandioca (20,5%), batata (13,2%), verduras e hortaliças.

Algumas famílias aumentam sua renda com o aluguel de casas na cidade, o arrendamento de terras mais distantes, e vendendo produtos de criação. Há 3 casos de homens que trabalham em propriedades vizinhas, algumas horas por dia.

As técnicas utilizadas na produção são modernas. Os pequenos produtores utilizam sementes melhoradas e adubo para a plantação. Geralmente possuem um (41,1%) ou dois (30,8%) tratores, às vezes mais, e implementos agrícolas como grade, plantadeira, lançadeira, colhedeira, pulverizadores, o que demonstra o nível tecnológico de sua produção. Este fato acentua a participação dos pequenos produtores no mercado, pois além da venda do produto eles têm necessidade de financiamento para a compra dos insumos.

As unidades produtivas são organizadas com base no trabalho da família, principalmente o dos homens na lavoura. Recorrem à ajuda das mulheres ocasionalmente, em época de safra, por exemplo. A maior parte do tempo, as mulheres dedicam-se ao trabalho doméstico, à criação de pequenos animais e ao cultivo de uma pequena horta. Segundo o depoimento de algumas, o seu trabalho constante nas plantações era necessário no tempo em que se usava burro e enxadas, mas com a utilização do trator, tornou-se dispensável. As crianças também participam de algum serviço, fora do horário escolar.

Algumas unidades (22,5%) contam com um ou dois empregados mensalistas (houve casos, raros, de até 4). Nos tempos de maior acúmulo de serviço, por ocasião da colheita, todas as unidades empregam o serviço de diaristas.

Embora residam na zona rural, essas famílias estão em contato permanente com a cidade. Excetuando-se as crianças, cuja maioria frequenta a escola diariamente, em geral os homens vão à cidade duas ou três vezes por semana ou mesmo todo dia, para negócios e serviços de banco; fazem também as compras de alimentos e manutenção da casa. As mulheres vão à cidade, nos fins de semana visitar os familiares, ou a cada quinze dias, um mês, fazer compras, normalmente de roupa, cortar cabelo, a médico ou dentista. O contato com a vida urbana se dá, além disso, através do rádio e televisão, e menos frequentemente revistas e jornais.

5.2. As Representações e Práticas Relativas às Necessidades Básicas

As condições de produção e o meio em que as famílias vivem, contribuem para que sejam geradas soluções específicas para a obtenção de bens e serviços de que elas necessitam para a sobrevivência. A vinculação do consumo à produção nessas unidades agrícolas familiares manifesta-se de forma peculiar. As famílias não dispõem de uma renda fixa. O que sobra da venda do produto depois do pagamento das despesas com ele, é utilizado na satisfação das suas necessidades. Estas também são equacionadas nesses moldes. Os depoimentos a seguir evidenciam este aspecto.

"Na roça a gente vê o dinheiro só uma vez por ano. Estamos com o jogo na mão: se vender bem, vai sobrar alguma coisinha, se não, pode até faltar".

"Precisa a roça fazer um bom ano, a gente vender bem, dá para pagar tudo o que deve e sobra um dinheirinho, assim, já é o que basta. Se faz um bom ano e dá para pagar as dívidas, a gente sabe que não vai faltar nada..."

Na medida em que as condições de mercado tanto para compra dos insumos e máquinas agrícolas, como para venda dos produtos são reguladas pela produção capitalista dominante, a condição de vida das famílias dos pequenos produtores rurais é mantida a níveis mínimos, conforme MARTINS (1975), mencionado no capítulo II. Essa situação é percebida pelos habitantes rurais. Comentários como:

"faz dar"

"para viver dá, para o futuro é que não dá"

"se não economiza passa vergonha"

"para viver dá, se um dia cai doente é que não dá"

"se tem compra, se não tem fica sem"

demonstram o grau de restrição econômica em que se encontram, e a utilização da renda apenas para o estritamente essencial do cotidiano. Não vêem possibilidade de fazer qualquer reserva para uma eventualidade, como uma doença, a velhice, um extraordinário.

Consideram que, entre as necessidades básicas, a alimentação é a que pode ser melhor satisfeita. Isto é explicável, pois por menor que seja a produção para o consumo, a criação de porcos e galinhas, os ovos, algumas frutas, legumes ou verduras garantem uma refeição sadia, com pouco custo.

Ainda assim, há alimentos que não são produzidos no local como açúcar, café, sal, farinha, carne de vaca, cebola e, muitas vezes, o feijão e arroz, além dos industrializados como laticínios e latarias em geral. Nesses casos a renda torna-se deficiente. Al gum descontentamento se manifesta em comentários como: "precisa ser regradinha, nada de bom, simples" ou "fome a gente não passa" e "não come de rico". Esta situação é agravada no caso dos arrendatários, cujos patrões estipulam no contrato a obrigatoriedade de desenvolver apenas determinada cultura, não permitindo outro cultivo.

"Comer, mais ou menos. Poderia melhorar, oh! quer dizer que o arroz, o feijão, é tudo comprado. Se a gente coíia aqui, então o dinheiro que compra, podia ser para uma carne a mais, ou outra coisa mais, e não pode, tem que dividir".

Com relação ao vestuário, as famílias consideram que "estã bom, dã". Entretanto a sua aquisição é subordinada às outras despesas.

"Roupa, vai na loja e faz aquela comprinha. Eles dão aquela quantia, que vê que não faz falta aquele dinheirinho para segurar para uma doença, assim, para comprar uma coisa, domingo uma carne, ele dã aquele tantinho. A gente vai lã e compra aquele tanto. Quando acabou aquele tanto do dinheiro, jã não dã mais".

Várias entrevistadas consideram limitado o número de peças no seu guarda-roupa.

"Não é de bastante uso, que a gente vê por aí, cada lugar uma roupa".

"Não tem luxo, né, um pouquinho que é só para ir num lugar".

Da mesma forma, grande parte das casas não tem todo o conforto que gostariam. Nos poucos casos em que não há eletricidade no local, a falta de conforto é a ela atribuída. As deficiências apontadas nas demais habitações são as pequenas dimensões da casa, o teto sem forro, o piso muito trabalhoso, a falta de "arrumação", com móveis antigos, falta de cortinas, etc,

"Na casa ainda falta muita coisa, a gente arruma, arruma, nunca acaba, precisa sempre alguma coisa, por exemplo, de utilidade doméstica, todos os móveis da casa, que já estão um pouco velho, então já melhorava com tudo".

Como mostra a tabela a seguir, a maioria das casas tem os equipamentos domésticos mais comuns: fogão a gás, ferro elétrico, geladeira, liquidificador, máquina de costura, rádio e televisão e em menores proporções, mas ainda em número considerável, máquina de lavar e enceradeira. Algumas possuem também toca disco e bateadeira de bolo.

É comum a depreciação de alguns dos equipamentos citados, por serem antigos, pequenos ou ultrapassados, evidenciando-se a comparação com produtos novos lançados constantemente pelas indústrias e difundidos pelos meios de comunicação.

Tabela 1. Equipamentos Domésticos Possuídos pelas Famílias Rurais

Item	Total de famílias	% sobre o 74
Fogão a gás	63	85,1
Ferro Elétrico	62	83,8
Geladeira	59	79,7
Liquidificador	59	79,7
Batedeira de bolo	17	22,9
Enceradeira	33	44,6
Rádio	54	72,9
Televisão	54	72,9
Máquina de costura	64	86,5
Máquina de lavar*	42	56,7
Toca-disco	15	20,2

*Entre estas foram incluídas as semi-automáticas

Encontra-se alguma diferença entre os resultados aqui analisados e aqueles apresentados por MACEDO (1979) sobre famílias de operários de uma fábrica da grande São Paulo e por RODRIGUES (1974) sobre famílias assalariadas da mesma cidade.

Deve-se notar que esses dados se referem a habitantes do meio urbano e são, em sua maioria, relativos à população operária, cujo modo de vida apresenta diferenças marcantes daquele dos habitantes rurais. Além disso são anteriores aos atuais. Entretanto o período

transcorrido entre esses levantamentos e o do presente trabalho, por ser de apenas 6 anos, não deve ter sido suficiente para registrar grandes alterações nos hábitos de consumo, permitindo algumas observações interessantes.

Do conjunto de equipamentos estudados por esses autores, alguns têm particular importância para o presente trabalho. A geladeira é encontrada em porcentagem acentuadamente maior entre essas famílias do meio rural (79,7% contra 54,6% e 59% no meio urbano), a máquina de costura (possuída por 86,5% das famílias rurais contra 67,4% e 77,9%) e a máquina de lavar, (cujas porcentagens são de 56,7% em comparação com as da cidade, de 11,4% e 17,4%).

Esses dados tornam-se muito significativos quando se considera que para os demais equipamentos a porcentagem é menor, nessa população, do que nas pesquisas citadas. Isto vem demonstrar que as diferenças de consumo entre os grupos analisados não se devem apenas a diferenças de renda, mas evidenciam a interferência das condições do meio sobre o equacionamento das necessidades básicas das famílias.

O grande número de máquinas de lavar nos grupos de famílias rurais pode ser atribuído às características do trabalho com a terra, responsável pela sujeira das roupas e dificuldade na sua lavagem, e o grande número de geladeiras, à distância entre as residências e as fontes de alimentos perecíveis. Embora o contato com a cidade seja frequente, não se pode comparar a facilidade de obtenção de alimentos no meio urbano, pelo acesso a um mercado, supermercado ou açougue num

momento de necessidade, com os problemas das donas de casa rurais que condicionam a sua compra às idas à cidade.

"Lá tem as coisas tudo facinho. Se quiser uma carne não precisa tirar o dia e ir buscar, se quiser alguma coisa diferente(...)".

Além disso as geladeiras podem ter sido adquiridas em épocas em que o contato com a cidade não era tão frequente. Quanto às máquinas de costura, podem evidenciar que, se hoje a prática de confecção em casa não é muito utilizada, houve períodos em que era a principal forma de obtenção das peças de vestuário nesse meio.

Verifica-se pois, que as necessidades geradas pelas condições de vida específicas do meio rural requerem soluções de consumo diversas daquelas do meio urbano.

Segundo as representações que têm de sua existência, as famílias rurais vivem ao nível dos mínimos vitais. Isto não significa que vivem de forma rudimentar, mas apenas com o que consideram essencial à sua sobrevivência. Afirmam que poderiam ter uma vida melhor, se tivessem condições mais satisfatórias para a produção, e, conseqüentemente, maior oportunidade de consumo, "comendo melhor, vestindo melhor e tendo mais conforto". Outras, mais exigentes, acham que só poderiam obter uma melhoria na vida se os membros da família mudassem de ocupação, se os filhos prosseguissem nos estudos, se fossem para a cidade, ou, nos casos de arrendatários, se tivessem acesso à propriedade da terra.

Grande parte das famílias afirma que é preciso muito controle sobre as despesas, caso contrário podem ter dificuldades em determinadas épocas do ano.

"Tem pro gasto, mas é um caso muito difícil, precisa saber controlar muito bem para dar, para passar o ano inteiro".

"Tem hora que passa apertado, outubro, novembro, dezembro, ou quando compra um maquinário".

Entretanto, é importante observar, que apesar do rigor que sentem ser necessário em termos de gastos, afirmam que o ganho dá para as necessidades e que vivem "bem"*.

"Tem que dar graças a Deus de manter o que tem porque com a situação que tá na roça é o melhor que podia ser".

"Tá bom, rico a gente não vai ficar mesmo".

"A gente não é assim, que gaste em luxo, então dá".

"O dinheiro que faz, nunca faz que chega, mas dá".

Este fato pode ser explicado através da proposição de BOURDIEU (1972) de que o "habitus" incorpora as condições de existência, determinando aspirações compatíveis com essas condições, de tal modo que os indivíduos passam a desejar apenas o que percebem como passível de alcançar. O seguinte depoimento ilustra esse fenômeno:

* Embora seja relativo o que se entende por "viver bem", o termo foi utilizado no trabalho apenas para constatar a satisfação ou não com o tipo de vida.

"Hoje em dia tã muito difícil, mas gostaria de uma coisa... Se o adubo não fosse tão caro, semente de plantar não fosse tão caro e depois, no fim da colheita sobrar um pouquinho para a gente comprar uma outra coisa, uma casinha na cidade, porêm... Gostaria de bastante coisa, mas a gente não adianta nem motivar, porque não adianta, não dá mesmo para comprar".

É nesse sentido que BOURDIEU (1972, p.177) coloca: "(...) os eventos mais improváveis encontram-se excluídos, antes de qualquer análise, tanto por ser impensáveis como pela 'dupla negação', que inclina a fazer da necessidade virtude, isto é, recusar o recusável e amar o inevitável".

Essa disposição também parece estar implícita nas afirmações muito frequentes de que para viver "bem" é suficiente que se tenha saúde ou "paz e harmonia". Por outro lado essas afirmações podem indicar que outros valores estão em jogo para essa população e que o conforto material não está bem cotado na sua hierarquia de prioridades para o necessário à vida. Ou seja, a noção de "viver bem" pode não estar vinculada à posse de bens materiais.

Sendo muitas as limitações da renda cabe às famílias decidir sobre as alternativas que devem adotar para a obtenção de bens e serviços. Precisam resolver que atividades podem ser desenvolvidas com vantagem no lar, ou adquiridas fora do ambiente doméstico, para prover os serviços relacionados com as necessidades básicas. Assim tanto a forma como são tomadas as decisões, como o tipo de decisões que são

tomadas com respeito ao local de aquisição dos produtos, forma de pagamento, frequência de compra, e o tipo de bem desejado, são de algum modo baseados nas características do modo de produção.

Na medida em que as práticas de consumo são viabilizadas a partir do que sobra da produção, elas ficam normalmente submetidas ao chefe da família (seja o pai ou o filho mais velho) que controla a produção e as despesas básicas. É ele quem decide sobre o que fazer com a renda familiar, e isto é tacitamente aceito pelos outros membros do grupo, pois "ele sabe melhor se precisa comprar alguma coisa para a lavoura".

Outro aspecto nesse processo de decisão é que "não sobra dinheiro quase para decidir" ou "quando recebe já tem onde colocar". Assim, apenas em determinadas ocasiões, na compra de algo especial para a casa ou para a família, é que as outras pessoas que a compõem participam das decisões.

Em virtude da produção ser anual, a disponibilidade da renda limita-se à época da venda do produto, após a colheita. É nesse período que são saldadas as dívidas contraídas com a produção, e se estipula o montante para as despesas domésticas. Este é o motivo apresentado pela grande maioria das famílias estudadas de utilizar o pagamento à vista, em detrimento do sistema de crediário em suas compras.

"Aqui na roça a gente tem dinheiro de ano em ano. Se a gente vai comprar à prestação, a gente não sabe se vai dar para pagar todo mês. Então a gente faz um balanço:

se vê que dá para comprar, nós compramos, se não vê ...
é assim".

A mesma razão é apontada em alguns casos para justificar o fato de não comprarem de mascates que vendem roupas a domicílio. Esta é uma prática que a grande maioria das famílias não adota, sendo poucos os casos dos que compram roupas dessa forma. Também é pouco frequente a prática de compra de vendedores ambulantes, que fornecem pão e verdura nas propriedades.

O sistema de renda anual é apontado por algumas famílias como o motivo de seleção do estabelecimento onde fazem as despesas da casa. Estas famílias compram seus mantimentos e materiais de limpeza nos armazéns da cidade que permitem o pagamento apenas uma ou duas vezes por ano.

Os artigos de vestuário e equipamentos domésticos são adquiridos por elas no período de venda da produção. Nessa época, fazem uma compra grande de tecidos próprios para a confecção de algumas peças, e várias unidades de outras peças de roupa pronta, necessárias para toda a família durante o ano todo.

Entretanto, essa prática não foi encontrada em todos os casos estudados, apesar do sistema de produção e das condições materiais serem semelhantes. A maioria das unidades familiares faz compras pequenas de vestuário no correr do ano, do mesmo modo que aderiu à compra em supermercados para as despesas, sendo que estas passaram a ser mais frequentes. Uma, duas ou três vezes por semana, quem vai à cidade

(normalmente o marido), faz as compras necessárias para o dia a dia. O sistema de compras mensais não é muito utilizado.

Isto significa o abandono de práticas "tradicionais", que poderiam ser indicadas como decorrentes da forma de produção e a disponibilidade de renda apenas anual.

Por outro lado, verifica-se que também dentro do âmbito doméstico algumas práticas permanecem, enquanto outras são abandonadas ou substituídas por novas. O pão caseiro foi substituído pelo pão de padaria. O sabão em pedaços, feito em casa, é utilizado juntamente com o comprado, assim como o sabão em pó, necessário à lavagem das roupas na máquina. Outros produtos de limpeza industrializados também são adotados. Algumas famílias ainda confeccionam as peças de roupa para o trabalho, com tecidos de algodão. Outras compram a roupa pronta, preferindo os tecidos de poliéster.

Como foi visto no capítulo III, para ANTONIO CÂNDIDO (1964) tais práticas podem ser atribuídas tanto às mudanças do ritmo de trabalho das mulheres, em decorrência do processo de capitalização no campo, como ao excesso de valorização dos novos traços culturais, provenientes do meio urbano.

Neste estudo, constatou-se que o trabalho da mulher na agricultura só é utilizado esporadicamente, e portanto, as mudanças não podem ser explicadas a partir das características do modo de produção. Ou seja, o fator econômico não é suficiente para justificar a adoção de algumas práticas relativas ao equacionamento das necessidades básicas. Nos termos daquele autor, tratar-se-ia da valorização dos traços

novos propostos pela cidade, o que constitui um fator de representação.

Confirmam-se assim as idéias propostas inicialmente de que as práticas resultantes das condições de vida são mediadas pelas representações que as pessoas têm dessas mesmas condições.

No ítem seguinte será analisado o problema sob esse aspecto, entendendo-se que essa perspectiva pode oferecer alguma compreensão do motivo pelo qual determinadas práticas podem ou não ser adotadas.

5.3. A Representação das Condições de Existência e das Relações com a Cidade

Para analisar o problema apresentado, sob a perspectiva cultural, acredita-se ser preciso conhecer não sō a visão que os indivíduos rurais têm de suas condições de existência, como também das relações que mantêm com a estrutura social mais ampla da qual fazem parte.

Alguns depoimentos evidenciam a representação que têm da realidade objetiva, o modo como a interpretam e a ela reagem.

"Precisava melhorar mais o custo de vida, o governo dar maior valor aos mantimentos. Tudo o que a gente compra tá cada vez mais caro e eles não dão valor aos mantimentos. Se tivesse um valor por igual, o que a gente vende e o que a gente compra, mas o que a gente compra está cada vez mais caro e o que vende não tem valor".

"A renda no sítio não dá, tá sendo muito pequena (...). Precisava melhorar mais. O custo de vida tá muito, a lavoura tá muito cara. Dependendo do governo, podia dar uma melhora pra gente porque o governo que tem que dar uma melhora para a lavoura, porque tá tudo caro e a renda se torna pouca".

"Nada está bom no sítio porque agora o que interessa é cana. Só pode estar bom para as usinas. Os bancos favorece usineiro, o governo ajuda os grandes".

Configura-se pois, um descontentamento generalizado com as condições de produção da forma como estão estabelecidas no sistema capitalista, que está se difundindo no campo. Evidencia-se também a dependência em que se colocam em relação ao "governo", percebido como entidade responsável pelo bem estar da população rural. Entretanto as circunstâncias não são percebidas como resultantes da organização da estrutura social como um todo. Esta constatação já havia sido feita por QUEIROZ (1978).

Paralelamente, há um outro fator dessa estrutura social mais ampla, que deve ser considerado neste trabalho. Trata-se da presença constante do meio urbano junto à população rural, interferindo na interpretação que esta formula de suas condições de vida e propondo-lhe novas formas de participação na sociedade. Como lembra MACEDO (1979, p.77), "as avaliações das condições de existência são sempre comparativas, seja face à de outras pessoas, seja face à própria, em outros momentos do processo da vida". Neste estudo tomou-se como

referência, a interpretação dos habitantes rurais do modo como vivem, em comparação com os habitantes urbanos.

Referindo-se ao modo de vida urbana, de uma forma geral as entrevistadas consideram-na "melhor" em relação à da roça. São vários os motivos apresentados: a maior facilidade de obtenção de bens e serviços, menos trabalho, emprego melhor, salário mensal, horário, a não dependência das variações climáticas, vida mais tranquila, maior possibilidade de descanso e passeio. Um ponto sempre citado pelas mulheres que têm crianças, é a "facilidade para a escola".

"Queria ir para a cidade por causa de escola para as crianças. Aqui eles precisa ficar na chuva esperando condução. Saem de madrugada, depois tem que ficar na cidade fazendo hora, porque chegam muito cedo".

"Lá vive a vida. Aqui passa a vida".

"Não acho nada bom a vida na cidade. É diferente, um lugar muito apertado, não tem espaço, o movimento é muito, na roça é mais sossegado. Quem mora na cidade tem mais conforto, principalmente na limpeza, aqui é mais sujeira. Si morasse na cidade, a vida seria melhor em algumas coisas, no serviço, o serviço é outro. Na roça o serviço é mais pesado: enxada, cortar".

"A pessoa que mora lá, trabalha de empregado, todo mês recebe, não tá vendo se chove bastante, vai estragar a lavoura. Na cidade tem mais conforto, trabalha com a

cabeça fresca".

"A vida na cidade não tem tanta ocupação, trabalha metade. Pra quem pode é melhor, agora quem vive de salário já é mais apertado (...) Quem tá no sítio não pode, não tem sábado, não tem domingo, não tem férias, não tem nada, isso que eu acho duro a vida do sítio".

As mulheres, particularmente, consideram a vida na cidade muito mais fácil, por causa da limpeza, o que acarreta muito menos serviço*. Além disso, mostram que aí as mulheres não precisam cuidar da criação e da horta e portanto, seu serviço é mais leve.

"A vida no sítio é sempre mais sacrificada, dá bem mais trabalho, tá sempre sujo (...). Na cidade a casa conserva limpa, lá é melhor".

Entretanto, afirmam que há vantagens de morar no sítio, pois tem mais fartura, mais espaço, mais liberdade para viver e para trabalhar.

"O que tem no sítio, é que se vai no barro, vem de barro, se vai na poeira, vem de poeira. Se tivesse jeito de limpar aqui era mais gostoso, é mais sossegado".

* É preciso considerar que a época em que foi realizada a pesquisa pode ter influenciado nas entrevistas, pois era tempo de safra, que coincide com a seca, e implica acúmulo de serviço, tanto para a colheita como na lavagem das roupas usadas no trabalho.

"O sítio é mais tranquilo, mais sossegado. Na cidade é uma vida mais cativa, todo dia não pode perder hora, perder dia, aqui não. Nessa parte, aqui tem um tempo que trabalha apertado e tem um tempo que folga. Aqui nós somos terceiros, somos donos de nós, nós fazemos o que quer no serviço, agora lá é empregado, é mandado".

A grande maioria (88,2%) sustenta que quem mora na cidade tem mais conforto, apesar de que várias das pessoas entrevistadas condicionam esse conforto à situação financeira das famílias.

Merece destaque o fato de várias das entrevistadas que consideraram ter mais conforto a vida da cidade, quando foram questionadas sobre o que mudaria se sua família fosse morar ali, responderam que a vida se tornaria mais difícil, pois os homens não encontrariam emprego e teriam que continuar trabalhando na roça. A perspectiva de proletarização é considerada inclusive por aquelas que são proprietárias mas que associam a mudança para a cidade às dificuldades com a produção e necessidade de vender suas terras para saldar as dívidas assumidas.

"(...) tendo uma condição de emprego bom, um emprego bom já acho que é melhor. Na cidade tem mais conforto, dependendo da condição do dinheiro, não é a cidade que dá conforto. Na cidade tem pedra e casas, ninguém vai viver daquilo. Depende da condição de vida, emprego(...) Se morasse na cidade, depende do que os meninos iam pegar para fazer".

"Se for lá vou sofrer mais. Eu vou ter mais conforto, mas eles vão sofrer mais. Vão ter que tomar o caminhão para vir trabalhar".

"Na cidade ia ser mais difícil, por causa do serviço. Daí eles iam ter que vir pra roça. Em Jaboticabal, não tem serviço nenhum pra fazer, pra eles que é acostumado a trabalhar na roça",

Desse modo constatou-se que se prevalece entre os habitantes rurais uma ideologia que valoriza o modo de vida urbano, como afirma MARTINS (1975), esta não resiste a uma análise mais racional, consciente, a nível pessoal, em alguns casos.

É preciso não esquecer que muitas vezes, a população rural identifica-se com o estilo de vida urbano, tomando este como grupo de referência positivo, fenômeno tão bem analisado por PEREIRA (1971). Cumpre ressaltar a idéia do autor, de que entre as consequências do estreitamento das relações entre campo e cidade, verifica-se um acréscimo de consumo da população rural, para satisfação das novas necessidades nela desenvolvidas. O acréscimo de consumo se dá, em virtude da adesão a um padrão mínimo de sobrevivência proposto pelo estilo de vida urbano. O "conforto" a que se referem os depoimentos, diz respeito à satisfação desse padrão mínimo, que seria o "mínimo vital" proposto por ANTONIO CÂNDIDO (1964).

Mantendo contato com bens materiais e não materiais desenvolvidos pela cidade, através dos meios de comunicação de massa e da

escolarização, além do contato direto com esse meio, os indivíduos da zona rural desenvolvem representações que contribuem para estabelecer a direção das práticas relativas à satisfação de suas aspirações. Este processo é, segundo BOURDIEU (1972), mediado pelo "habitus", que permite a interiorização dessas condições materiais de existência e configura práticas condizentes com elas. É preciso considerar, entretanto, a afirmação do autor de que as práticas não são produtos apenas da situação conjuntural, mas também das experiências passadas dos indivíduos, incorporadas através do "habitus". Nesse sentido, pode-se afirmar que as novas representações resultantes da condição atual de existência dos indivíduos rurais, em seu contato cotidiano com o estilo de vida urbano, são assimiladas às representações já existentes da cultura "rústica" desse meio e as práticas dessa população estão de acordo com tais representações.

Constata-se esta ocorrência, quando se observa por exemplo, que a maioria das famílias estudadas faz compras em supermercados, ou seja, locais onde, segundo as entrevistadas, uma grande variedade de gêneros alimentícios e produtos de limpeza pode ser encontrada a preços acessíveis. Está aí implícita, não apenas a valorização desses bens industrializados como a adaptação das necessidades às limitações da renda.

Por outro lado, ao mesmo tempo que se observam práticas relativas à valorização do modo de vida urbano, encontram-se outras remanescentes da cultura "rústica", como a fabricação do sabão, e a técnica de ferver as roupas no processo de limpeza. Essa prática foi apontada

como um fator importante na seleção da roupa utilizada para o trabalho em alguns casos: as peças devem ser de fibra de algodão para poderem ser fervidas. Constata-se pois, uma adição parcial e gradual de novas práticas, coexistindo com as mais antigas.

Segundo considera MICELI (1972, p. 176) esta constatação é plenamente justificável, já que no Brasil, "em virtude das insuficiências e do caráter 'disnômico' que qualificam o sistema nacional de produção - distribuição - consumo, determinadas camadas sociais(...) estão submetidas apenas em parte à imposição do arbitrário cultural dominante, podendo por esse motivo, assegurar a continuidade da matriz de significação que lhes foi incutida pela primeira socialização".

As diferentes combinações de práticas de uma ou outra cultura podem ser atribuídas aos vários graus de submissão à cultura dominante, decorrente de contatos diversos com ela. Assim, aqueles que foram submetidos a um contato maior, como é o caso dos jovens através da escolarização, apresentam uma carga maior de aspirações e práticas relativas ao modo de vida urbano, como podem ilustrar os seguintes depoimentos:

"O moço se veste melhor, é moço, vê, tem essa ilusão".

"Pro rapaz é sempre melhor (...) a rapaziada já viu, nê, tem uma roupa, aquela lá já não tá boa, já quer outra. Tem o dinheiro, vai lá e escolhe da boa vontade deles".

"Vou ter que comprar todos esses aparelhos domésticos, porque tenho minha filha de 22 anos, sabe nê, moço é exigente pra essas coisas".

Resta, finalmente, analisar o aspecto simbólico de que se revestem os bens materiais nas relações das pessoas do meio rural com a estrutura social mais ampla, o que se fará através do estudo das práticas e representações do vestuário.

5.4. Representações e Práticas de Vestuário

O vestuário, sendo o bem material que permite maior rendimento simbólico, constitui valioso instrumento para a análise do aspecto simbólico expresso nos bens materiais.

Os dados mostraram que o vestuário das famílias rurais é renovado periodicamente, conforme as necessidades de cada um de seus membros. São poucos os casos remanescentes em que é feita uma compra grande para todos, por ocasião da venda da produção. Aqueles que estão precisando, compram algumas peças mais urgentes, a menos que haja uma ocasião especial, como uma festa ou casamento, quando consideram importante que todos comprem uma roupa adequada para o evento.

Na seleção do vestuário, o fator mais considerado por eles é o preço. A qualidade e outros aspectos como modelo, cor, gosto, moda, são algumas vezes levados em conta, mas sempre condicionados ao preço.

"Escolhe na base de servir o necessitado e de servir o preço que a gente vai pagar. Não vai atrás de modelo, nem de artigo se é melhor, porque o melhor é mais caro (...). É conforme a precisão, povo na roça não vai atrás de uso, sabe, tando vestido, tando limpo"...

"Escolhe pelo preço, mais... A gente tem que fazer um balanço pelo preço, porque às vezes gosta de um modelo, de um tecido diferente, mas é caro, não dá..."

"Tudo o que diz mais barato, tudo que é simplinho".

As roupas são diferenciadas conforme a finalidade: as de sair são usadas apenas para esse fim, do mesmo modo que as de trabalho.

"Ginásio é ginásio, sair é sair, roça é roça".

"Para casa é outra, de domingo é outra, de sair é outra, tem para variar".

Em muitos casos (44,1%) a variação também se dá nas características da roupa utilizada para cada uso. Quando isto acontece, as roupas para o trabalho na roça são confeccionadas em casa, especialmente para essa finalidade, com tecidos resistentes de algodão: brim "ranca-toco" (conforme designação dos próprios sitiantes) e mescla ou xa drez para as camisas. As mulheres entrevistadas afirmam que, dadas as características do serviço da roça, as roupas necessitam muita lavagem e se tornam muito gastas com o uso. Não sendo confeccionadas com tecidos "fortes", ou "grosseiros", a sua duração é curta, e isto trás problemas, já que as compras de reposição desses artigos não podem ser constantes.

"As do trabalho são feitas especialmente. Se eu compro tergal pro meu marido, não dá, estraga porque eu tenho que ferver a roupa. Então eu compro um tecido que eu posso ferver, então aquilo é só para trabalhar. Chega em casa, toma banho já tem a roupa de tergal, amanhã já tem a do trabalho, é assim".

"Roupa de trabalhar é mais grosseira. Não são só as de domingo, que põe no serviço. Não dá para aproveitar as velhas, porque quando põe no serviço já tá mais surrada, não atura tanto quanto devia aturar, quando vai pro batente".

"O que fica mais velho vai pondo em casa. Algumas assim(...), eles não usam camisa de manga comprida para sair. Então a gente compra o pano e tem que fazer camisa de manga comprida pro serviço, por causa do sol".

Em outras famílias, o problema é resolvido de forma diversa. As camisas são compradas feitas, de um tipo popular, com preço acessível. A adesão às camisas e calças de poliester foi constatada principalmente para as roupas dos homens mais velhos. Segundo declararam, esta é uma prática mais vantajosa, para este tipo de tecido, tem preço menor do que o brim, e é mais fácil o seu processo de limpeza, "não necessitando "ferver". Nesses casos, as roupas são usadas inicialmente para sair e quando se tornam mais velhas, são postas no serviço. Esta prática é muito utilizada por aqueles que não compram em especial para o trabalho, e preferem adquirir algumas peças com mais frequência.

"Faz um pouco de diferença entre roupa de sair e usar para o trabalho. É mais ou menos a mesma coisa. Uma roupinha mais ou menos clareando, passa para a roça. Não faz especialmente para o serviço. Porque no tempo de comprar para o serviço, já compra para passeio. Sempre aproveita a mais velha para o serviço".

"Quando fica velha, usa no serviço. Antigamente comprava mescla para trabalhar, mas dava muito trabalho para lavar. A gente compra tergal, lava bem, num instantinho seca, então faz isso: a mais velha vai deixando pro serviço e compra nova para passear".

Portanto, também na análise das práticas ligadas ao vestuário, verifica-se a permanência de algumas antigas, juntamente com outras mais modernas, ligadas ao estilo de vida urbano, que o sistema capitalista de produção tem propiciado. A opção por peças mais ou menos duráveis, em menor ou maior número, é uma prática que evidencia o grau de adesão ao modo de vida da cidade. Como já foi considerado anteriormente, a alteração de tais práticas é proporcional à medida em que os indivíduos rurais são expostos às características da vida citadina e à eficácia do "habitus" da cultura "rústica" responsável pela institucionalização das práticas. Os depoimentos a seguir evidenciam alterações tanto no modo de obtenção do vestuário, como no tipo usado, dentro de uma mesma família, e que podem ser indicativos da direção que estão assumindo tais práticas, face aos apelos da cultura urbana.

"Roupa, de primeiro a gente fazia compra mais grande. Agora não, a gente compra assim, o que precisa".

"As de sair são mais modernas. As de trabalhar já não precisa muito de luxo. As de sair que vão ficando mais velhas, usa no serviço. Agora faz tempinho que não faz especialmente pro trabalho".

Outra variação encontrada na obtenção das peças de vestuário diz respeito à forma de confecção. A grande maioria das famílias (77,9%) compra roupas feitas, principalmente aquelas destinadas para sair. Poucas (1,2%) são as famílias que fazem todas as peças necessárias na própria casa, ou que têm o costume de mandar fazer as que necessitam (1,0%). Não é rígido o sistema de obtenção das peças de vestuário. Os vários modos de confecção podem ser utilizados pelas famílias, em casos especiais, ou conforme o tipo específico de roupa que se pretende obter, como por exemplo, o terno de homem, um vestido para uma criança, uma roupa para um casamento, ou mesmo uma camisa de modelo "diferente".

Parece não haver relação entre as diversas formas de confecção e o sexo e idade dos membros da família, a não ser na roupa dos jovens, que em geral é comprada feita. A opção por comprar feita, fazer em casa ou mandar fazer está mais ligada à finalidade da peça (se é para o trabalho pode ser feita em casa) e ao tipo da peça (calças em geral são mandadas fazer ou compradas feitas). A habilidade para costurar de alguém do grupo doméstico ou mesmo o seu tempo disponível também

influem no modo de confecção mais utilizado.

É interessante notar que apesar de 86% das famílias possuírem máquina de costura, em apenas 1,2% delas as roupas são costuradas em casa (duas costuram para fora). Em 49% dos casos, as mulheres afirmam ter condição de costurar "só alguma coisinha". Entre as peças feitas em casa pode-se incluir as roupas para o trabalho, algum vestido "ligeiro" e peças para a casa, como guardanapos, aventais, toalhas, etc. Talvez o pouco conhecimento de corte e costura, contribua para que apenas as roupas para "casa" e para o serviço sejam feitas na unidade doméstica, por não exigirem técnica mais aperfeiçoada. Entretanto, a limitação de tempo das mulheres é também muito citada como motivo para não se confeccionar roupas em casa. Por outro lado, um fator que não deve ser ignorado é que a facilidade de comprar a roupa feita desestimula a mulher para a execução desse serviço. Isto é evidente na seguinte afirmação:

"Roupa de todos é variável. Se eu tenho de fazer, então eu faço. Talvez compra pronta conforme a necessidade da gente(...) eu prefiro mais comprar pronta do que ter que comprar, ter que chegar em casa, ter que cortar, ter que fazer".

De qualquer modo, segundo as entrevistadas as "roupas melhores", utilizadas para sair, são compradas feitas, pois "comprado feita eles contenta mais", "a roupa pronta cai melhor". Assim, fica evidente a valorização da roupa comprada feita pelas famílias rurais

observadas. A compreensão desse fato parece ter ligação com a relação que mantêm com a cidade.

Como já foi exposto, as famílias fazem uma diferenciação entre as roupas de sair e de trabalhar sendo que as primeiras são sempre consideradas "melhores". Esta separação, ainda que tenha uma causa econômica, pois "se for trabalhar com as de sair, o dinheiro não dá", pode ser relacionada à representação que têm, de que para ir à cidade, as pessoas devem estar melhor arrumadas*. São várias as afirmações que confirmam essa idéia:

"Para a cidade o tecido é melhor, tudo feito diferente. Lã na cidade não dá para andar com uma roupa meio rasgada, ou serzida ou remendadinha, tem que andar mais..., aqui no sítio pode andar com um mais velho".

"Pra sair a gente põe a roupa mais boa e pra casa já é mais... no sítio a gente anda de qualquer jeito".

Nota-se que a razão dessa prática é inteiramente social:

"No sítio, a gente veste é mais simples, porque não é povoado. Tem essa facilidade no sítio, a gente não se incomoda de se arrumar muito porque tá sôzinha".

* Melhor para elas significa roupas mais novas, mais adequadas aos padrões citadinos.

"Aqui, nós semo daqui, a gente vamos daqui na roça, não encontramos ninguém. Aqui em casa, quem pode vim dentro da nossa casa, nê, quase ninguém vem. Então, lá não, sempre sai, casa com casa, sai na rua, fica chato estar mal arrumada do que aqui, que nunca se torna tão feio".

Pode-se assim caracterizar o vestuário como fato social, utilizado como elemento de comunicação entre os componentes de um grupo ou sociedade. Essa sua característica é de algum modo reconhecida pelas entrevistadas:

"É importante vestir "bem" porque a gente vive numa sociedade, aí, e vai viver como perto dos outros!".

"Eu acho que não é importante vestir bem, agora pros homens do mundo tem importância".

Segundo RIVIÈRE (1977, p.178) o traje, na forma como é utilizado na sociedade atual, "possibilita não só uma comunicação com o meio social no qual se desenvolve, mas também, ao evidenciar toda uma série de circunstâncias sociais e culturais, é portador (...) de toda uma constelação de valores com o mesmo caráter de obrigatoriedade, e que provavelmente permitirão um intercâmbio de informação entre as pessoas e grupos, utilizando a linguagem universal da imagem". Particularmente importante para este trabalho é a afirmação da autora de que "a existência de informação depende da organização dos signos e sinais informativos em um código suscetível de ser utilizado e interpretado pelos sujeitos".

Retomando a idéia de BOURDIEU (1974) pode-se afirmar que esse código é controlado pelos grupos ou classes dominantes, estabelecendo os meios de legitimar seu poder e prestígio, resultante das condições materiais de existência. Nessas circunstâncias, o vestuário, especificamente, é utilizado não apenas como meio de comunicação das características dos indivíduos, mas também como critério para a sua classificação na estrutura social. A função de diferenciação do vestuário assume importância pela possibilidade de adotar sucessivamente diferentes signos distintivos.

Entretanto, para institucionalizar a hierarquia dos bens materiais e simbólicos que legitimam o poder dos grupos dominantes, estes dissimulam a dominação, tornando acessível aos outros grupos, de forma vulgarizada, o conjunto de bens próprios de sua cultura, através do mercado de bens simbólicos (conforme designação de BOURDIEU, 1974). Este mercado orienta-se pelas leis da rentabilidade capitalista, por isso, seus produtos são lançados para conquistar o maior público possível. Os meios de comunicação de massa, e o avanço tecnológico das indústrias, tornam possível o acesso das camadas populares a bens de maior valor simbólico, pelo menor custo.

Por outro lado, é preciso considerar que os indivíduos de grupos ou classe subordinadas, ao se envolver em relações com indivíduos de grupos superiores da estrutura social, tentam incorporar o significado dos bens possuídos por eles, bens esses que operam como indicadores de sua condição social.

Considerando-se, pois, a categoria das famílias rurais estudada no presente trabalho como subordinada, e a camada formada pela população urbana como dominante, conforme a orientação teórica adotada no primeiro capítulo, pode-se afirmar que nas relações que aquelas famílias estabelecem com o meio urbano, suas práticas são orientadas para um consumo de bens dotados de rendimento simbólico. Algumas práticas relativas à obtenção de tais bens poderiam então ser interpretadas como um esforço no sentido de buscar uma posição mais integrada no meio social. Este é o caso da compra de confecção pronta que por sua natureza é carregada de conteúdo simbólico.

Mostra MICELI (1972, p.200) que esse tipo de comportamento "obedece à lógica da distinção, que torna o sistema de classes um regime de diferenças, polarizado entre o estilo de vida das frações que compõem a coalizão dominante e a estrutura das necessidades que distingue estilos de vida pré-urbano-industriais" (rurais no caso presente).

É conveniente notar que embora as práticas de consumo revelem o esforço dos grupos subordinados para assemelhar-se aos dominantes, as diferenças objetivas existentes entre esses grupos permanecem.

As pessoas privilegiadas desenvolvem refinamentos que traduzem sua distinção, reforçando suas práticas habituais. Esse refinamento é captado por algumas das mulheres entrevistadas, com percepção mais apurada, ainda que não consigam verbalizar claramente:

"Aquele da cidade tem mais... Não sei se tem mais tempo de arrumar, eu não fui acostumada com isso. É nas pintura, é mais outros arranjos que a gente aqui no sítio, a gente não..."

"Na cidade vestem diferente, é tudo. É mais assentada no corpo, bem feita (...) é tudo. O povo da roça caiu na cidade, é conhecido mesmo. É pelo andar, é tudo".

"Na roça parece que a gente compra roupa e faz e não fica que nem os da cidade. Não sei se é porque já tem o jeito da cidade, eu não sei. Na cidade tem outro modo".

"Principalmente o pessoal do sítio pode por a roupa melhor que tem para ir na cidade. Eu acho que é separado, não sei. É outra limpeza na cidade. Por mais bem arrumada que esteja, não é igual, não. Diferença no modo, elas são mais que a gente, sei lá, não é a roupa, é a pessoa. Quem trabalha é queimado da pele, sempre as unhas sujas, é outra limpeza".

Um aspecto interessante observado e comentado anteriormente, quando se tratou do modo de vida da cidade, é que também com relação ao vestuário as pessoas consideram não ter condições de mudar, se se transferissem para aquele meio. Afirmam que deixariam de usar as roupas do serviço diário, mas não poderiam fazer mais despesas com o vestuário, porque a sua situação econômica não melhoraria na cidade.

"Se morasse na cidade seria do mesmo jeito porque a gente quando vem daquela origem, desde criança, segue naquele ritmo mesmo, eu acho que é".

Confirma-se também nessa afirmação a existência do "habitus", que estrutura as práticas, não são de acordo com as condições de existência atuais dos indivíduos, mas também com suas experiências passadas. A influência da cultura dominante também se faz notar:

"Se morasse lá, ia vestir diferente porque a gente vê mais coisa, vê o que tá mais na moda, comprava mais".

Assim, práticas relativas às duas representações citadas poderão ocorrer conforme o grau de eficiência do "habitus" de origem das pessoas, em legitimar sua cultura, ou do grau de exposição delas aos meios de comunicação que transmitem os traços da cultura dominante.

6. CONCLUSÃO

Neste estudo verificou-se que as necessidades geradas pelas condições de vida específicas do meio rural requerem soluções de consumo diversas daquelas do meio urbano. As condições de produção das famílias de pequenos produtores rurais, assim como o meio físico em que vivem, interferem no equacionamento das necessidades básicas e nas estratégias que adotam para satisfazê-las.

Entretanto, as condições de mercado da sociedade mais ampla, em que essas famílias estão inseridas, não permitem que a renda percebida seja suficiente para viverem além do padrão mínimo de sobrevivência traçado por elas. Uma vez que esse padrão é estabelecido a partir do estilo de vida proposto pelo meio urbano, gera um acréscimo de consumo de bens industrializados. Assim, constatou-se que o nível mínimo considerado inclui esses bens e não se restringe à escassez de consumo encontrado no modo de vida rudimentar de habitantes rurais em épocas anteriores.

Esta constatação sobre o m̃nimo vital, al̃m de evidenciar a exist̃ncia de uma subordinaç̃o do modo de vida rural ao urbano, confirma o problema tẽrico em torno desse conceito. Verifica-se a impossibilidade de se estabelecer, "a priori", o m̃nimo necess̃rio à sobreviṽncia de um grupo, j̃a que o necess̃rio ̃ determinado por numerosos fatores que incluem suas condiç̃es f̃sicas de exist̃ncia e as relaç̃es que mant̃m com a sociedade mais ampla.

A teoria desenvolvida por Pierre Bourdieu revelou-se particularmente ũtil para a compreens̃o dos feñmenos observados, permitindo concluir que as pr̃ticas resultantes das condiç̃es de vida s̃o mediadas pelas representaç̃es que as pessoas t̃m dessas mesmas condiç̃es. Tais representaç̃es s̃o estruturadas tanto a partir da situaç̃o presente das fam̃lias rurais em sua relaç̃o com o ambiente f̃sico e s̃cio-cultural, como tamb̃m com base nas suas experĩncias passadas nesse ambiente.

Observa-se, pois, uma assimilaç̃o de novos elementos ao "habitus" formado em toda a trajet̃ria de vida das pessoas. Os reflexos dessa assimilaç̃o de novas representaç̃es ao quadro daquelas j̃a formadas evidenciam-se no aparecimento simult̃neo de pr̃ticas ligadas às culturas "r̃stica" e urbana.

Essas reflex̃es permitem concluir que as novas representaç̃es, contendo elementos da cultura rural, ter̃o sempre caracter̃sticas pr̃prias, em parte determinadas pelas condiç̃es materiais de exist̃ncia.

As práticas de consumo adotadas pelas famílias rurais evidenciam uma busca de igualdade e integração ao meio social urbano, que é percebido como detentor de prestígio e poder.

Embora os habitantes rurais passem a adotar as práticas condizentes com o estilo de vida urbano, não superam as diferenças objetivas existentes entre os grupos, limitando-se a legitimar a cultura proposta por aquele meio que detém o poder. Estão pois, contribuindo para, de algum modo, manter a ordem vigente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO CÂNDIDO, 1964. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, Li
vraria José Olympio Editora.

BOURDIEU, P. 1972. *Esquisse d'une thorie de la pratique*. Genve, Li-
brairie Droz.

BOURDIEU, P. 1974. *A economia das trocas simblicas*. So Paulo, Edito
ra Perspectiva S.A.

CEBOTAREV, E. 1979. *Mujer rural y desarrollo*. Bogot, Centro Inter-
nacional de Investigaciones para el Desarrollo.

CHOMBART DE LAUWE, M.J. 1970. *Images de la culture*. Paris, ditions
Payot.

DURHAN, E.R. 1973. *A caminho da cidade*. So Paulo, Editora Perspecti-
va S.A.

DURHAN, E.R. 1981. Cultura e Ideologia. *Folhetim*, Folha de São Paulo, São Paulo 315:6-7.

GOLDTHORPE, J.E. 1977. *Sociologia e antropologia social: uma introdução*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MACEDO, C.C. 1979. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo, Editora HUCITEC.

MARTINS, J.S. 1975. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

MICELI, S. 1972. *A noite da madrinha*. São Paulo, Editora Perspectiva S.A.

NOGUEIRA, O. 1962. *Família e Comunidade*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

OLIVEN, R.G. 1980. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda,

PEREIRA, L. 1971. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*, São Paulo. Livraria Pioneira Editora.

PEREIRA, L. 1976. Urbanização e subdesenvolvimento. In: Pereira, L. org., *Urbanização e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- QUEIROZ, M.I.P. 1973. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo, Editora Duas Cidades.
- QUEIROZ, M.I.P. 1976. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda.
- QUEIROZ, M.I.P. 1978. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- QUEIROZ, M.I.P. 1981. Variações sobre o emprego da técnica de gravador no registro da informação viva. *Cadernos*. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo, 1ª série, nov., 16:107-116.
- RODRIGUES, J.A. 1974. *Família assalariada: padrão e custo de vida*. São Paulo, DIEESE, nº 2.
- RIVIÈRE, M. 1977. *La moda, ¿comunicación o incomunicación?* Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- SIGAUD, L.M. 1971. *A nação dos homens - uma análise regional de ideologia*. Rio de Janeiro, U.F.R.J. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, J.F.G. coord. 1978. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Editora HUCITEC.

SILVA, J.F.G. 1980. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira. *Cadernos do CEAS*. Salvador, set/out., 69:56-67.

WILLEMS, E. 1961. *Uma vila brasileira*. Rio de Janeiro, Difusora Européia do Livro.

A P P E N D I C E

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Caracterização das Unidades Produtivas Familiares

- Dados sobre o Grupo Familiar: lista das pessoas que moram juntas, parentesco em relação ao chefe, sexo e idade.
- Sistema de posse e tamanho da propriedade.
- Tipo de produção: produção para o mercado e para o consumo.
- Mão de Obra utilizada na produção.
- Outras fontes de renda.
- Tecnologia utilizada: máquinas e implementos, adubo, inseticida.

2. Questões para a orientação da entrevista

- O que a senhora acha que é importante para uma família, ou para sua família viver bem?
- Sua família vive bem?
- Acha que sua família poderia melhorar de vida?
- O que seria preciso para melhorar de vida?
- Para a senhora, o que é melhorar de vida?
- A renda da sua família dá para todas as necessidades?

- Dã para comer como a senhora gostaria? Acha que a comida deveria ser melhor?
- O ganho dã para as roupas necessãrias? Gostaria que sua família se vestisse melhor?
- Na sua casa, a sra. tem todo o conforto que gostaria? O que acha que poderia ser melhor?
- Possui
 - fogão a gás
 - ferro elêtrico
 - geladeira
 - liquidificador
 - batedeira de bolo
 - enceradeira
 - mãquina de costura
 - rãdio
 - televisão
 - toca-disco
 - mãquina de lavar
- Qual a frequẽncia com que costuma ver televisão, ouvir rãdio? Compra jornal? Revistas?
- Quem resolve o que deve ser feito com a renda da família?
- Onde, quando e quem faz as compras do que a família precisa?
- É preciso ir ã cidade para comprar o que precisam ou tem quem venha no sítio? Tem venda, armazẽm por perto?
- Alguẽm na família vai sempre ã cidade? Frequẽncia? O que vai fazer?

- Na sua família é costume comprar a prestação? O que? Está pagando prestação no momento?
- Precisam comprar alimentos? Quais?
- Compram sabão? De que tipo? Produtos de limpeza?
- Como é feita a compra das roupas na sua família? Compra só para os que precisam ou quando compra, compra para todos? Frequência?
- Como a senhora ou alguém da sua família escolhe uma peça de roupa?
- As roupas das crianças, dos jovens, dos homens, das mulheres são compradas prontas, mandadas fazer ou feitas em casa?
- Alguém costura na família?
- As pessoas de sua família costumam fazer diferença nas roupas de trabalhar, sair, passear?
- As roupas de trabalhar são feitas especialmente para o trabalho ou são aproveitadas as de sair mais velhas?
- É importante a pessoa se vestir bem? Por que?
- Acha que as pessoas da cidade se vestem diferente das pessoas da roça? Como?
- Se morassem na cidade, as pessoas de sua família precisariam vestir diferente? Por que? Como?

- O que acha da vida na cidade? É diferente do modo de vida da roça? Por que?
- Acha que a vida na cidade é melhor ou pior do que na roça?
- Quem mora na cidade tem mais conforto? Por que? O que a senhora acha que é conforto?
- Se sua família fosse morar na cidade, a senhora acha que a vida ia ser diferente? Mudaria alguma coisa? O que? Por que?